



# M MASSAS

Órgão da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário - Ano I - nº 05 - Janeiro de 1990

**A CRISE CAPITALISTA AVANÇA;  
O IMPERIALISMO EXIGE DESESTATIZAÇÃO E  
DESNACIONALIZAÇÃO;**

**O GRANDE CAPITAL SE ARMA PARA NOVO ATAQUE  
O CUSTO DE VIDA E A CARESTIA AUMENTAM VIOLENTAMENTE;  
AS MASSAS PAGAM PELA CRISE QUE NÃO É SUA.**

**O GOVERNO COLLOR PREPARA NOVO  
CHOQUE ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR  
QUE A CUT CHAME UM  
CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO**

**Que aprove uma plataforma de luta;  
Que faça uma campanha nacional de massa;  
Que prepare a greve geral por tempo indeterminado.**

O governo Collor está pronto para atender as exigências do imperialismo e do grande capital nacional. Colocou-se por uma política econômica de entrega das estatais, cortes nos gastos públicos, demissão de funcionários, pagamento da dívida externa, abertura total da economia ao capital estrangeiro, fortalecimento dos monopólios, proteção dos latifundiários contra os camponeses e sacrifício das massas assalariadas. Apenas se discute se o choque deve ser aplicado de uma só vez ou por etapas. A elevação por Sarney das tarifas (tarifaço) de energia elétrica e combustíveis acima da inflação já faz parte do plano Collor. As conseqüências da política pró-imperialista são a quebra de parte da economia (destruição de forças produtivas) e marginalização de parte da força de trabalho, o que quer dizer recessão, atraso, desemprego e miséria. A palavra de ordem dos capitalistas é descarregar a crise sobre as massas para salvar o capitalismo. Não importa se aumenta a fome e a mortalidade infantil! Não importa se milhões ficam sem moradia, saúde e educação! Não importa o avanço da marginalidade social! Acima de tudo isso estão a sede de lucro e a preservação dos grandes proprietários exploradores. Mas os oprimidos têm como reagir. Têm a luta de mas-

sa, a greve, as ocupações, os sindicatos e a CUT. Tem também como formar outros organismos poderosos, como as assembléias populares, os comitês de combate, comandos e piquetes. Mas faltam-lhe uma direção disposta a ir ao combate. O PT e a direção da CUT estão anestesiados pelo eleitoralismo e pelo democratismo. Não estão dispostos a preparar a luta desde já. Na prática, estão dando uma trégua a Collor. Isso faz parte do compromisso democrático burguês. Os trabalhadores e a vanguarda devem dizer: FORAM COM A PASSIVIDADE! FORA COM O OPOSICIONISMO PARLAMENTAR E GOVERNISTA! PELA MOBILIZAÇÃO DE MASSA! QUE A CUT CONVOQUE UM CONGRESSO DE BASE! VAMOS À LUTA PELA ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS (REAJUSTE AUTOMÁTICO SEMANAL), PISO NACIONAL DO DIEESE (SALÁRIO MÍNIMO REAL) REAJUSTE DE TODAS AS PERDAS, AUMENTO REAL, ESTABILIDADE NO EMPREGO, TERRA AOS CAMPONESES, TETO, SAÚDE E EDUCAÇÃO AOS OPRIMIDOS, EXPULSÃO DO IMPERIALISMO, NÃO À DESNACIONALIZAÇÃO E SIM A ESTATIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS.

**ABAIXO O PLANO PRÓ IMPERIALISTA  
E DE FOME DE COLLORI  
LEVANTAR AS MASSAS  
CONTRA A OFENSIVA CAPITALISTA!**

## A crise avança

# Mobilizar as massas

Passada a euforia eleitoral, voltam à tona a crise capitalista e a situação de miséria das massas. Todos os grandes problemas nacionais do país atrasado e submetido à opressão imperialista se manifestam com maior intensidade. Também, novamente, se evidencia o caráter internacional da decadência capitalista, a natureza estrutural da crise e as tendências destrutivas, que fazem recair sobre os trabalhadores as suas bárbaras consequências. Por alguns meses, a burguesia conseguiu anestesiar as massas com a demagogia eleitoral, obtendo uma grande vitória ao conseguir que o PT e a CUT colaborassem decisivamente para isso. Entretanto, nem bem passou a ressaca das urnas, o abismo reapareceu. O governo Collor não tem outra via para responder à falência econômico-financeira do Estado e às exigências do imperialismo, acossado pelo quadro recessivo mundial, senão golpear a economia e investir violentamente contra os assalariados.

Nesta última década, predominou a estagnação econômica, o aumento desenfreado do parasitismo (especulação) do capital financeiro, em detrimento da produção, o saque de riquezas pelas metrópoles imperialistas, a proteção do grande capital monopolista e o incremento da exploração do trabalho. Agravou-se o atraso econômico, a debilidade do Estado Nacional e aumentou a submissão do país aos banqueiros internacionais. A ausência de independência nacional e o predomínio do monopólio, entrelaçado ao capital financeiro imperialista e à estrutura latifundiária dominante, se constituem num potente entrave para o desenvolvimento das forças produtivas. Cada vez mais, se revela a fonte primária da crise: a propriedade capitalista dos meios de produção e o regime de exploração do trabalho se contrapõem ao livre desenvolvimento da produção. As riquezas se concentraram em grande escala, os meios de produção evoluíram e as massas empobreceram violentamente, a ponto do acesso aos bens populares elementares ter sido drasticamente reduzido.

A todo momento ouvimos os analistas burgueses lamentarem a queda crescente da taxa de aplicação produtiva e a ausência de abertura de novas grandes unidades fabris; por outra parte, os reformistas do PT e os estalinistas falam sobre a necessidade de distribuição de riquezas para se realizar um novo surto de desenvolvimento capitalista. Os nacionalistas, reformistas e eleitores evitam tocar no essencial; isto é, que se trata do esgotamento do capitalismo como sistema produtivo, que, por essa razão, se volta cada vez mais violento contra os assalariados. Procuram encobrir que o Brasil é um dos elos fracos da estrutura capitalista, onde a crise se manifesta com maior contundência, porque recebe as pressões desagregadoras do imperialismo. Em grande parte, sua crise é produto dessas pressões. Como tal, a hiperinflação é um sintoma de desagregação e desintegração econômica em curso, que não poderá encontrar solução no âmbito do capitalismo senão através de medidas catastróficas, como as de cunho recessivo, que significam desemprego e mutilação.

Há um intenso movimento da burguesia mundial para que os países semi-coloniais arquem com uma parcela ainda maior de sacrifício para dar continuidade ao regime de exploração e sustentação a estrutura de dominação imperialista em vigor. O capital financeiro age decididamente para impor a mais completa abertura das economias semicoloniais (o mesmo acontece com as economias do Leste Europeu) e a subordinação mais ampla das forças produtivas nacionais ao controle dos monopólios estrangeiros. As fronteiras nacionais se estreitaram para o capital imperialista e o menor traço de soberania dos Estados se tornaram incompatíveis com a voracidade dos banqueiros e com a limitação do mercado mundial.

As economias atrasadas estão à mercê das manobras das multinacionais, que impõem os preços especulativos, e do manejo do mercado dirigido pelos países ricos. Desta forma, sufocam suas possibilidades e impõem aos Estados políticas econômicas antinacionais, recessivas e antipopulares. Para o estágio da crise, já não basta a san-

gria feita pela dívida externa e pela remessa de lucro às metrópoles. É necessário passar ramos fundamentais da produção para as mãos da burguesia estrangeira. Para isso, contribuirá a desestatização. Há tempo, os governos imperialistas vêm trabalhando essa estratégia. Através do FMI, têm imposto limites ao capitalismo de Estado e ao seu poder de aplicação produtiva.

A transferência de toda dívida externa aos Estados semicoloniais e a sua consequente quebra financeira é um meio para se afrouxar toda e qualquer resistência de setores da burguesia nacional ao protecionismo. Da mesma forma, o afogamento do Estado na dívida interna se constitui em parte da mesma estratégia e em fonte de seguro para o capital especulativo. Frente à possibilidade de proletariado se erguer como classe revolucionária, a burguesia nacional se entrega mais e mais às imposições da reação internacional; e sua fração oligárquica, ligada aos interesses do mercado interno, se mostra completamente prostrada. A pequena burguesia, por seu turno, procura surgir como contrapeso ao entreguismo aberto. O reformismo do PT e seu social-democratismo nacionalista não passam de expressão política da pequena burguesia, impotente perante o avanço do empobrecimento geral das massas e da marcha da quebra econômica do país. A covardia do PT em organizar o proletariado para a luta e a sua política de defesa da solução da crise pela via da democracia comprovam essa relação da classe pequeno burguesa com a ofensiva imperialista.

O objetivo de recolonização dos países semicoloniais é um instrumento de agravamento do atraso, de retrocesso das condições de produção e de reforço da crise social. O governo Collor é elevado pela democracia (voto popular) ao poder precisamente para pôr em prática os planos imperialistas e dos seus sócios nacionais. As massas foram arrastadas e enganadas pelos seus maiores inimigos. A missão de Collor é executar aquilo que Sarney não conseguiu devido à enorme divisão interburguesa e, principalmente, à resistência do proletariado e das explorados em geral que protagonizaram um dos maiores movimentos grevistas do país, que culminou com a greve de 48 horas.

Frente à desintegração do regime político, a eleição do novo governo é um meio para se criar novas relações políticas para se implementar o choque pró-imperialista. A burguesia espera incluir nessas relações o PT e a CUT, devido sua força no movimento operário. Dado que a evolução do PT e a constituição da Frente Popular eleitora caminharão rumo à integração ao Estado e ao terreno da política burguesa, esta expectativa tem fundamento, e é nesse sentido que a aliança opositora democratizante (PSDB, PDT, PC do B, PCB, PSB, etc) pressionará. Não é preciso falar o mesmo da CGT e da burocracia de direita dado que sempre foram apêndices do Estado e da burguesia.

Está claro que Collor está defronte de um quadro explosivo. Terá de aproveitar o recesso grevista e a desorganização dos movimentos, promovidos pelo eleitoralismo, para golpear duramente. Trabalhará em duas frentes: desestatizar a favor dos credores e confiscar parte dos salários e das posses dos pequenos proprietários para proteger o grande capital. O chamado ajuste fiscal nada mais será senão parte desse plano, que visa manter a liquidez da União em função do pagamento dos credores. Já se anunciou que seu plano é recessivo, que trará desemprego e desvalorização da força de trabalho. Por detrás de Collor, abriga-se o capital financeiro. Uma das condições de governabilidade está em sujeitar o Estado às forças pró-imperialistas e colocá-lo a serviço da recolonização.

A perspectiva é de que o novo governo ampliará ainda mais a crise econômica e do regime político. Uma das razões básicas é que o proletariado não sofreu derrota no seu próprio campo de luta. Mais cedo do que se possa imaginar, retomará o eixo revolucionário da situação, isto é, o movimento grevista de massa e a luta independente contra o governo da burguesia. Sob esse governo, a luta de classe se

agudizará e poderá alcançar dimensão nacional. O comportamento da CUT e do PT terá muita importância para brevar ou desenvolver, já na primeira etapa, a resistência dos explorados. A proposta de formação de um gabinete paralelo ao de Collor (nada mais que oposição parlamentar) e a resolução da executiva da CUT em não preparar a greve geral indicam a atitude de contemplação dos dirigentes e da burocracia reformista, predispostos a não estimular o combate direto dos trabalhadores ao governo proimperialista. O mesmo se pode dizer da conclusão tirada pela Articulação de que a maior conquista do PT foi a coligação frentepopulista com os partidos pró-burgueses e estalinistas, bem como toda movimentação já visando as eleições para governador.

Isso quer dizer que o PT e a direção da CUT tudo farão para canalizar a revolta dos trabalhadores para a oposição parlamentar, para novas eleições e para greves isoladas. Essa linha facilitará a reestruturação das forças burguesas debilitadas e a luta da burguesia para reunir os meios para realizar o plano econômico do imperialismo. Sem dúvida, às massas pressionarão o PT e a CUT contra a inércia colaboracionista e o distracionismo demagógico do gabinete paralelo. Mas mesmo que sejam obrigados a se mobilizarem sob pressão da crise, o farão para pôr limites à revolta e para evitar que o proletariado se destaque como direção revolucionária contra o governo, o Estado e o imperialismo. Essa previsão não é arbitrária. Ela se baseia na estratégia do PT de democratizar o Estado burguês e de desenvolver o capitalismo; e na política de alianças com a burguesia democratizante e no cretinismo parlamentar.

A ausência de uma direção revolucionária (o partido operário revolucionário) é o grande entrave para que o proletariado consiga se rebelar organizadamente contra seus algozes e liderar a maioria oprimida na ruptura com a opressão imperialista. Mas esse fato essencial não elimina a tendência objetiva do proletariado em resistir à política reacionária da burguesia. Ao contrário, a crise capitalista engendra a necessidade da luta direta das massas, que procuram criar organismos massivos de combate e meios mais radicais de enfrentamento, como as ocupações de fábrica, terras, etc. Esse fenômeno da luta de classes está presente na situação e se contrapõe tanto às medidas violentas do grande capital, quanto à política pequeno-burguesa democrática-reformista.

A tarefa de se superar a falta de direção revolucionária é parte dessa situação de polarização entre as classes e da luta entre as várias frações da burguesia, da pequena burguesia e também do proletariado para impedir ou possibilitar que a classe operária se estruture conscientemente. O reformismo do PT e seu "socialismo" pequeno burguês socialdemocrata é uma das orientações fundamentais nesse contexto. Nas eleições presidenciais, o PT pôde expressar mais acabadamente suas intenções de preservar o capitalismo através do pacifismo legalista e sua prática de desvio do proletariado da

luta direta contra o Estado burguês. Para a vanguarda proletária dar um passo na formação de uma direção revolucionária terá de defender decididamente a luta anticapitalista e antiimperialista e se confrontar com a linha de conciliação de classe. O proletariado construirá sua política de derrocada da burguesia vencendo suas experiências com o democratismo.

A Tendência POR luta para que o proletariado se emancipe da política pró-burguesa. Defende que se estruture para tomar o poder pela força e instaure um governo revolucionário, que não é outra coisa senão a ditadura proletária, governo da maioria explorada contra a minoria exploradora. Não é possível se enfrentar a crise estrutural capitalista e as formas reacionárias que assumem seus governos (ditadura burguesa), como Collor de Mello, senão perseguindo o objetivo da tomada revolucionária do Estado. A luta por essa estratégia é que permitirá a vanguarda se organizar no partido operário revolucionário e a classe operária a se estruturar como força motriz da maioria explorada.

A política classista consiste em intervir sobre a disposição de combate dos explorados, apresentando as bandeiras de ruptura com o imperialismo, emancipação nacional, revolução agrária e expropriação do grande capital monopolista. As reivindicações mais elementares trarão novamente as massas para a luta grevista. Trata-se de preparar o terreno para a sua generalização, unificação e centralização nacional contra o governo pró-imperialista. As massas farão a junção de suas bandeiras primárias (como a escala móvel, salário mínimo real, reajuste e aumento dos salários e emprego para todos) com os de luta anticapitalista através de amplos movimentos.

A T.POR trabalha nesse sentido. Por isso, defende a formação de uma frente de luta direta e de massa (oposta ao frentepopulismo eleitoral) que auxilie o proletariado a encabeçar a mobilização da maioria contra o imperialismo, o governo Collor, a grande burguesia e os latifundiários. Reivindica que a CUT intervenha na crise como um canal por onde o proletariado, a pequena burguesia urbana empobrecida e os camponeses se soldem numa frente independente de massa (comitês, assembléias populares, comandos) e na realização de jornadas de luta preparatória da greve geral por tempo indeterminado.

**FORA O PLANO ANTIOPERÁRIO E ANTINACIONAL DE COLLOR!**

**FORA O GOVERNO DA BURGUESIA E DO IMPERIALISMO!  
RESISTIR À OFENSIVA DE FOME, MISÉRIA E DESEMPREGO!**

**ORGANIZAR A LUTA DE MASSAS! PREPARAR A GREVE GERAL!**

**QUE A CUT CONVOQUE UM CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO!**

**Escreva para o jornal MASSAS**

**um jornal de luta  
pelo governo operário e camponês  
e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171  
CEP 01057 — São Paulo — SP**

# O porquê de um Congresso da CUT

A vitória de Collor significa que será aplicado o programa do imperialismo, do FMI, como forma da burguesia enfrentar a crise. Apesar de não existir ainda um consenso sobre a forma de se realizar as privatizações, o arrocho salarial, a recessão e o desemprego, sabe-se que, mais cedo ou mais tarde, o governo Collor procurará descarregar a crise sobre o ombro dos explorados. E somente estes, através de sua luta direta, podem impedir.

A única conclusão possível é que torna-se necessário sair à luta direta, através do movimento grevista, e também das ocupações de terra no campo, das lutas dos sem teto nas cidades, etc. Diante da nova situação política que se apresenta, é necessário responder enquanto classe, uma resposta de conjunto. Impõe-se uma grande mobilização nacional, tendo à cabeça o proletariado, para impedir a destruição massiva das forças produtivas nacionais, em especial a força de trabalho, e para intervir na crise política e econômica de maneira independente.

A greve geral por tempo indeterminado teria um importante papel nesse processo. Ela se impõe objetivamente, porque os ataques já realizados às condições de vida das massas, e aqueles que já se anunciam, exigem uma resposta de conjunto. Resposta que não foi organizada nos momentos em que se impunha (Plano Verão, por exemplo) mas que foi colocada pelo enorme ascenso grevista que se seguiu ao 15 de janeiro e, principalmente, antes, durante e depois da greve geral de 48 horas, em março.

O maior obstáculo ao desenvolvimento e realização da greve geral tem sido a política das direções que se colocam à cabeça dos movimentos. Os pelegos, mantidos vivos graças ao apoio da grande imprensa burguesa e ao abandono aos movimentos de oposição classista, já se colocaram desde a campanha eleitoral, no campo do apoio ao governo Collor, ou seja, como avalistas do verdadeiro massacre que se prepara contra os assalariados. Esvaziaram as campanhas salariais e sempre têm jogado contra a generalização do movimento grevista.

A CUT tem sofrido um processo de burocratização e paralisia, executado principalmente pela Articulação, e que tem sido o elemento central para o bloqueio das tendências próprias das massas em se jogar contra o arrocho. A CUT, que é uma referência nacional para os explorados, tem se recusado a assumir o seu papel de centro aglutinador e organizador dos trabalhadores. Ao contrário, as modificações nos seus estatutos, realizadas no último congresso, e que bloqueiam as participações das bases e das oposições, e a política democratizante que predomina e que procura colocá-la apenas como ele-

mento de barganha ou pressão na "ampliação da participação e democratização do Estado", tem distanciado a Central cada vez mais das aspirações das massas e evitado que ela se transforme em um canal para expressar as tendências de luta.

A raiz da burocratização e paralisia da CUT está na política do PT: A estratégia do governo democrático popular, traduzida no frentismo popular eleitoral, demonstrou como é um fator de desmobilização, desarmamento e desmoralização no interior do movimento. As correntes de esquerda no seu interior também não apresentaram uma alternativa à política direitista da articulação, e mergulharam de cabeça no eleitoralismo. O resultado disso foram os fracassos nas campanhas salariais de todos os principais sindicatos, a desmobilização diante do fracasso eleitoral e o aumento das ilusões na possibilidade das instituições burguesas serem usadas em benefício dos explorados. Pior ainda: surgiu a possibilidade da CUT se transformar em pilar de apoio de um governo burguês!

O caminho para pôr em pé um amplo movimento nacional tendo à cabeça o proletariado, e que se choque contra o regime político, lute pela expulsão do imperialismo, impeça o programa de destruição nacional, etc, não passa por essas direções, mas pela organização pela base e pela expressão das suas tendências próprias de luta, rumo à greve geral por tempo indeterminado. E isso só pode se realizar com um Congresso Nacional por uma campanha nacional de luta, com ampla participação das bases, a partir de assembléias dos sindicatos, das organizações populares, da construção dos comitês de luta, de ação direta! Das grandes concentrações operárias e populares! De levantar as consignas de luta que estão colocadas pela situação e que levem à formação de um movimento antiimperialista, com o proletariado à cabeça!

Esse congresso não pode ser um congresso burocrático, para discussão demagógica de teses e mais teses, mas um congresso para organizar a luta. Que aprove a unificação ao redor das consignas de luta e que exija a convocação das assembléias sindicais, populares, a formação de comandos por empresa, região, etc, que impulse a participação nos sindicatos, zonais e regionais da CUT e os transforme em instrumentos de luta. A convocação pela CUT de tal congresso seria uma verdadeira autocrítica a toda a conduta anterior.

A convocação do Congresso de Base está colocada. Sobre essa base é que se pode dar um grande movimento unitário dos explorados, no sentido da resolução de seus problemas. E não através do frentismo parlamentarista com os inimigos de classe.

## Convite Encontro de Professores

*A Tendência pelo partido Operário Revolucionário realizará no dia 3 de março um Encontro de Professores. Estaremos discutindo a Falência da Educação e a Crise do Capitalismo, bem como as tarefas do movimento dos educadores.*

*Não falte! Para participar é só entrar em contato com o distribuidor deste jornal.*

# A ressaca eleitoral

O resultado das eleições é a vitória de uma entre 2 alternativas de enfrentamento da crise capitalista que se apresentaram. Foi derrotada a perspectiva da aliança policlassista que dava sustentação à Lula, que propunha um amplo entendimento nacional, do qual fariam parte empresários, banqueiros, latifundiários e suas organizações; e os trabalhadores, através do PT, dos sindicatos e da CUT. Esse "pacto" seria indispensável para dar sustentação a um governo de conciliação de classes que, se nos primeiros meses fracassasse na tentativa de realizar tímidas reformas na economia capitalista, em pouco tempo seria forçado a se voltar contra as massas e recorrer às receitas do FMI. E isto é certo, porque a atual crise não oferece outras alternativas de solução real que não sejam a do imperialismo ou a da revolução proletária.

Por outro lado, a vitória de Collor não aponta nenhuma perspectiva de superação da crise do regime. O futuro governo, apesar de seu caráter claramente pró-imperialista, não resolve o problema da centralização do Estado para a burguesia. Isto porque nenhuma fração burguesa tem ainda hegemonia no governo para aplicar um programa de combate à crise, que implica em sacrifícios e perdas, e até quebras de outros setores. O governo Collor, antes mesmo da posse, tem mostrado que será um governo de crise permanente. A disputa recente entre os dois grupos econômicos que compõem a sua assessoria, quanto à forma de aplicação do novo choque e o alcance da recessão refletem isso. Nem chegou a posse e já teve sua primeira crise.

## As eleições e o Movimento Operário

Para os trabalhadores, o balanço da eleição chega próximo ao trágico. E não é porque Lula não tenha ganho, como quer a quase totalidade das correntes de esquerda. No processo eleitoral, ocorreu o submetimento dos explorados à política burguesa. A grande maioria da nação oprimida seguiu uma das tendências burguesas no 1º turno, (e não há porque se excluir o PDT e o PSDB desse grupo). E no 2º turno, os partidos democratizantes em crise profunda puderam se esconder atrás do PT e ganhar novo fôlego. Não apenas limitaram ainda mais o reformismo da Frente Brasil, mas colocaram concretamente a possibilidade de constituição de um governo de conciliação de classe, que teria sustentação até mesmo da CUT. O oposto daquilo que seria a independência de classe.

O PT tem toda responsabilidade diante disso. A estratégia do governo democrático popular, e toda a tática derivada disso, levaram

necessariamente à formação da Frente Popular com os partidos burgueses. As divergências levantadas pelas correntes de esquerda no seu interior demonstraram que confluíam para a eleição de um governo para resolver a crise. Como conseqüências, o proletariado ficou desarmado diante de uma variante do imperialismo e o seu movimento ficou paralisado. Diante da possibilidade de vitória daqueles que defendiam a aplicação de um choque, cujo conteúdo são as medidas ditadas pelo FMI, o PT propunha a luta eleitoral por um governo de conciliação com setores da burguesia, sendo que estes mesmos setores defendem apenas com diferenças de grau as privatizações, a recessão, o arrocho, etc., divergindo de Collor apenas quanto à forma de implantá-las, via pacto e não via choque. O PT não organizou as massas para resistirem ao arrocho; ao contrário, procurou evitar que as lutas se chocassem contra as instituições democráticas ou que prejudicassem a candidatura Lula (metalúrgicos da CSN, p. ex.). Desviou os sindicatos para a caça aos votos e deixou naufragarem as campanhas salariais (bancários, p. ex.). Assim, opôs a campanha eleitoral à mobilização, e acabou servindo aos propósitos da burguesia, que assim conseguiu

que as eleições abafassem as greves.

Como desdobramento da tática eleitoral, o PT formou agora a frente de oposição parlamentarista, junto aos partidos burgueses que apoiaram Lula. Assim, constituiu uma "oposição responsável", isto é, que se restringe aos limites do parlamento e das instituições burguesas. Como se vê, a tática frentepopulista, criada pelo stalinismo, se revelou mais uma vez em elemento de sustentação do regime burguês. A presença do PT se impõe, para que arraste a CUT justamente para onde tantas vezes a militância classista se opôs: para a conciliação de classes. Não é outra coisa que se pretende ao se formar esse bloco: quando da evolução e amadurecimento da crise, alçar o governo de colaboração, de coalizão, que desarmará o proletariado e as massas e permitirá à burguesia derrotar o mov. operário, como já o fez em tantas outras vezes em que se constituiu.

Se, durante a campanha eleitoral, a Frente Popular jogou um papel de freio e desvio para a expressão das tendências de luta direta das massas, na perspectiva do governo de coalizão que poderia ter saído das urnas, agora o fará na direção das eleições parlamentares e na perspectiva do parlamentarismo.

## Para onde vão os progressistas ?

Quem esperava uma divergência radical entre Collor e o PSDB teve uma grande decepção. Os chamados progressistas, como gostam de qualificar o PT e os estalinistas (PCdoB, PCB), correram ao menor aceno a prometer apoio parlamentar ao direitista do PRN. O presidente do PSDB, Franco Montoro, fez questão de frisar que acima das discrepâncias e dos choques eleitorais estão os interesses da Nação, que traduzindo quer dizer os interesses dos capitalistas sobre os da maioria explorada.

O novo presidente tem a dura missão de dar continuidade à ditadura de classe da burguesia sobre os oprimidos, nas condições de desorganização econômica e de disposição de revolta do proletariado. Para isso, necessita de centralizar o conjunto das forças burguesas no poder do Estado, de tal forma que a divisão existente entre os capitalistas não venha a ser um fator de maior desequilíbrio e instabilidade da ditadura patronal.

Uma das razões dos fracassos dos planos de Sarney foi a luta intestina entre a burguesia, que se agravou com a crescente atividade das massas. De posse dessa experiência, Collor convocou todos partidos, inclusive o PT, a constituírem um governo de união nacional, isto é, de unidade em torno do choque pró-imperialista e antipopular.

A concordância do PSDB com Collor vem de encontro à promessa de Mário Covas de aplias para o capital estrangeiro e golpear as massas. Fernando Henrique já anunciou o ingresso do PSDB no governo Collor após as eleições de outubro. Os sociais-democratas do PSDB, uma das frações da burguesia imperialista, revelam mais uma vez aquilo que todos já conheciam, o seu reacionarismo a toda prova.

Mas esse fato é bom para desmascarar os frentepopulistas do PT e PCdoB que enganam os trabalhadores qualificando os canalhas da burguesia de progressistas, de representantes populares e outras belezas. Basta que esses capachos do capital declamem a favor da democracia, do pluripartidarismo e façam demagogia de crescimento econômico para que os frentepopulistas se esparramem sob seus pés e corram desesperados para selar as alianças eleitorais e estratégicas.

Cabe à vanguarda denunciar o caráter de classe burguês e a política pró-imperialista do PSDB e rechaçar a política frentista, que subordina o proletariado aos falsos progressistas.

## O que os esquerdistas não dizem

Praticamente em todos os balanços das eleições, os esquerdistas denunciam a má administração das prefeituras petistas, reclamam do fato do PT não ter sido mais radical para polarizar a luta política, esperneiam porque não se apoiou nas tendências das massas à luta, etc, etc. Mas o que não dizem é que o PT, com seu afã eleitoreiro, serviu de instrumento para bloquear a luta direta das massas, que vinha crescendo a todo vapor em todo país.

O fundamental do balanço não está em saber porque não foi eleito o governo de coalizão democrático-popular, mas sim as consequências nefastas para a luta independente do proletariado. Este sofreu, sob a brutal operação política do pleito presidencial, uma desativação brusca, que perdura até agora, embora o arrocho e a miséria estejam insuportáveis.

Os sindicatos e a CUT, sob influência da política do PT, foram colocados a reboque das urnas, enquanto a crise se agravava e as massas eram desviadas de seu campo próprio de combate (greves, movimentos). Assim, os trabalhadores saíram das eleições desarmados e desativados para reagirem prontamente ao desastre capitalista.

Os esquerdistas não podem chegar a essa conclusão porque colaboraram em todos os sentidos para esse acontecimento. Os famosos comitês pró-Lula condicionaram a prática dessas tendências, a ponto de não verem à sua frente senão a propaganda da candidatura. Houve aqueles que pretenderam dar um conteúdo de independência e de luta aos comitês eleitorais, quando essa forma organizativa expressava justamente toda movimentação eleitoreira, contraposta à resistência grevista.

## Onde estão os comitês pró-Lula ?

Durante a campanha eleitoral, um dos pontos mais enfatizados pelas correntes de esquerda, principalmente pela Convergência Socialista (CS) e pela Causa Operária (CO), eram os chamados Comitês Pró-Lula. É claro que cada corrente procurava mostrar como o "seu" comitê era mais "classista", "progressista" ou até "revolucionário" que o outro. Apontavam para comitês que seriam quase embriões de Sovietes! Onde estão agora estes comitês?

Acabadas as eleições, os comitês pró-Lula sumiram do mapa, igualzinho aos comitês abertamente eleitoreiros da Articulação. Será que é possível haver comitês construídos para caçar votos que se transformem em comitês de luta? É claro que não!

O desaparecimento dos comitês pró-Lula demonstra, sem dúvida, que não é possível uma política intermediária entre a revolucionária, que aponta para a via insurrecional (para a tomada do poder), que se pauta pela ação direta e denuncia as eleições, e a eleitoreira, direitista ou esquerdista, que ilude as massas com a perspectiva de um governo reformista, que se guia pela caça aos votos e pelo cretinismo eleitoreiro parlamentar.

## A CS falseia novamente

Em seu último jornal, de nº 235, de 12 a 25 de janeiro de 90, a CS destaca dois pontos essenciais no seu balanço das eleições, que aponta para o fortalecimento do PT.

O primeiro ponto é a UNIDADE POLÍTICA que quase deu a vitória a Lula. Assim, a CS considera positivo o fato do PT ter se apresentado no 2º turno junto aos partidos burgueses democratizantes e alimenta ilusões na possibilidade do PDT, PSDB, etc se colocarem de fato por "parar a sangria da dívida externa, fazer a reforma agrária, levar os trabalhadores ao governo". O morenismo mostra mais uma vez, ao apoiar a frente popular de conciliação de classes e falsear o caráter dos partidos que apoiaram o PT, que trata-se de uma corrente completamente estranha ao marxismo, ao trotsquismo, à revolução. É uma corrente que, aqui como na Argentina, quando defendia o peronismo, leva água para o moinho do reformismo e os trabalhadores para a derrota frente à classe inimiga.

O segundo ponto levantado, a criação de "milhares de comitês" que teriam resultado num "grande avanço na organização dos trabalhadores" trata-se de uma grande falsificação. A campanha eleitoral serviu justamente para desorganizar e desmobilizar os trabalhadores em luta, e isso é demonstrado com os fracassos das campanhas salariais e o marasmo atual. O balanço da CS mistifica tudo aquilo que se colocou justamente como um entrave ao desenvolvimento da organização e consciência política dos trabalhadores.

## Lula poderia ter ganho?

A maioria das correntes de esquerda tem centrado seus balanços na possibilidade concreta de Lula ter ganho as eleições, e nos motivos pelos quais isso não aconteceu. Algumas citam o desempenho nas prefeituras, outras os escândalos envolvendo a vida pessoal de Lula, o comportamento no debate, a negativa de Lula em mostrar os escândalos da vida pessoal de Collor, e até mesmo, mais à esquerda, o fato de o PT não se apoiar nas lutas para conquistar mais votos. Em comum, todas permanecem no estrito quadro da política burguesa. Nada se fala sobre o bloqueio que as eleições realizaram sobre as tendências de luta das massas, o afundamento das campanhas salariais, etc. As divergências giram ao redor da possibilidade de Lula ter ganho as eleições. Todas as explicações decorrem da derrota eleitoral. Se Lula é que tivesse ganho por uma pequena margem de votos, os balanços certamente seriam opostos: que o povo está apoiando as prefeituras, que o PT está à cabeça das lutas, etc.

Se o ponto fundamental para um balanço de uma posição revolucionária é o freio que o eleitoralismo exerceu sobre as lutas e o predomínio das variantes burguesas sobre as massas, para os democratizantes de todas as matizes trata-se de explicar a derrota eleitoral do PT. E para isso são utilizados todos os tipos de argumento, que escondem o essencial: que as eleições são um campo de disputa próprio da burguesia, onde quem quer disputar o controle do aparato estatal burguês tem que se submeter ao seu corrupto jogo eleitoral, onde sempre tem a primazia o poder econômico. O PT tentou disputar a presidência utilizando-se de todas as artimanhas próprias da luta eleitoral burguesa, só que com uma centésima parte dos recursos envolvidos na campanha de Collor. Tudo foi feito nesse sentido: apresentar-se com uma imagem que contemplasse todos os setores sociais, aproximar-se das lutas contra as privatizações, utilizando-as para defender sua proposta de capitalismo de estado, jogou fora seu programa reformista dos treze pontos para compor com setores da burguesia, etc. etc. Até mesmo levantar os escândalos da vida pessoal de Collor foi cogitado, pela assessoria de Lula.

Todo esse esforço das esquerdas tem um objetivo: procurar mostrar a qualquer custo que, ainda que não tenha sido desta vez, a vitória é possível. E desde que se corrijam os "erros" cometidos na atual campanha, pode-se alcançar um governo reformista, ou distarçado com a forma de governo dos trabalhadores, construído conjuntamente com setores da burguesia nacional, que seria capaz de realizar reformas e até mesmo de se opor às próprias instituições burguesas. Esse é o conteúdo e a consequência do eleitoralismo "mais à esquerda": servir como vagão traseiro da política de Frente Popular, da conciliação de classes. E algumas dessas correntes ainda têm

a ousadia de se autoproclamar trotsquistas!

Ao contrário do partido eleitoreiro, que se lança à caça de votos a qualquer preço, um partido revolucionário busca utilizar-se da campanha eleitoral para denunciar as eleições e o capitalismo e o regime burguês, impulsionar as massas na sua tendência de luta e levar seu programa a elas. Isso não ganha eleições. Seu sentido é o da revolução proletária.

### Por um POR

O balanço das eleições só pode conduzir a uma conclusão: é necessário construir um autêntico partido operário revolucionário, sem o que não é possível a independência de classe e a destruição do regime burguês. A tática de conciliação com os chamados "progressistas" leva à desmobilização e à derrota. Abaixo o

"governo paralelo" com os partidos burgueses. Pela mobilização dos trabalhadores de maneira independente, para solução de seus problemas por suas próprias mãos. A tática eleitoral da T.POR mostra-se agora comprovadamente correta. Seu fortalecimento é mais um passo na direção da construção do POR, da revolução proletária e do governo operário e camponês.

## A política revolucionária nas eleições

A T.POR considerou desde o início importante a intervenção do PT no processo eleitoral, mas foi terminantemente contra transformá-la em objetivo estratégico de chegada ao poder. A razão disso era que o PT, ao se colocar a meta final de eleger um presidente e constituir um governo democrático popular, se definia por administrar o Estado capitalista, cujo resultado não seria outro senão a sustentação da burguesia no poder real. Um partido que se propõe chegar ao cume do Estado pela via eleitoral, por mais esquerdista que seja, concluirá como presa das relações burguesas. Um partido de classe extrai das condições objetivas da sociedade capitalista e das experiências históricas que é inviável a derrubada da classe burguesa do poder por meios pacíficos e da democracia formal. Ao se pleitear um governo dos trabalhadores e convocar as massas para as urnas, como fizeram algumas correntes de esquerda centrista, também se nega essa conclusão, que não é fruto de especulações mas resultado material e histórico do capitalismo e das suas formas de dominação da ditadura do capital.

Para uma política revolucionária, está descartada a linha de se utilizar os mecanismos da democracia burguesa como escada para o proletariado se tornar classe governante, apoiada na grande maioria explorada. Desta forma a intervenção nas eleições, que se torna mais necessária quanto maior for as ilusões do proletariado em relação aos partidos burgueses, visa demonstrar às massas que somente a luta direta contra o imperialismo e os capitalistas nacionais poderá dar lugar a um governo revolucionário, capaz de viabilizar as medidas de transformações que elas em luta pleiteiam. É nesse sentido que os marxistas afirmam que a luta eleitoral é um meio para cha-

mar a atenção do proletariado para as tarefas revolucionárias, que somente poderão ser resolvidas pela força própria dos explorados.

Em hipótese alguma, é permitido transmitir a idéia de que esse processo de combate pelo poder possa ser mediado ou substituído pela instituição do voto. Instala-se toda uma farsa quando se apresenta uma plataforma anticapitalista e a transforma em base para campanha eleitoral e para um suposto governo dos trabalhadores eleito, como fizeram os pseudo-trotsquistas, particularmente Causa Operária.

O PT teria dado uma enorme contribuição para a evolução do proletariado caso tivesse usado a tribuna das eleições para chamar os trabalhadores à luta, exigir da CUT a organização das greves, estruturar organismos de massa (embrião de frente revolucionária antiimperialista), levantar a frente de combate, denunciar todos os partidos burgueses e pró-burgueses, incentivar as ocupações de terra no campo e na cidade, convocar manifestações não eleitorais, mas de ação, explicar os objetivos históricos da tomada do poder pela força, desmascarar a democracia burguesa, a politicagem e a corrupção eleitoreira. E jogaria um papel revolucionário integral se defendesse junto às massas a estratégia da revolução e ditadura proletária.

A T.POR pleiteou e lutou dentro do PT justamente por essa política de intervenção nas eleições. Por isso, resistiu violentamente às pressões democratizantes e marchou contra a corrente de toda movimentação burguesa e pequeno burguesa que aprisionou as massas e inclusive a vanguarda mais combativa, que não resistiu às ilusões. Ao contrário, as esquerdas, o que inclui as múltiplas variantes de pseudo-trotsquistas, colocaram sua políti-

ca, seus jornais e seus militantes a serviço dos comitês pró-Lula, da busca do êxito eleitoral, das vendas de broches, da distribuição de santinhos, tornando-se reles cabos eleitorais munidos das bandeiras de governo dos trabalhadores, trabalhadores no poder, governo operário e popular e todo tipo de contrabando. Isso prova que não há como resistir à pressão das classes inimigas se não se estiver munido da estratégia da revolução e ditadura proletárias, que condiciona a tática e a política revolucionária do partido.

Graças a essa resistência, ao rechaço do reformismo, identificado na forma da frentepopular, e à defesa da linha revolucionária que inclui o desmascaramento da estratégia eleitoral democratizante tanto do governo dos trabalhadores (CS, CO, DS, OT) quanto do governo democrático popular (Articulação, etc) que a T.POR, como corrente que milita no interior do PT, pôde preservar a estratégia da ditadura e revolução proletária, decisiva para a construção de um partido operário revolucionário. Isso lhe custou isolamento e muita hostilidade, mas que finalmente serviu como uma importante prova de fogo da luta política (de classe).

Agora, quando todas as correntes estão preocupadas em saber porque o PT perdeu, quando teve chance de ganhar, a T.POR é capaz de responder à verdadeira questão: o PT e a Frente Popular arrastaram o proletariado mais resoluto para as manobras eleitorais, o colocou sob a camisa de força da perspectiva de um governo pequeno burguês frentepopularista e desviou o ascenso grevista, confirmando o prognóstico de que as eleições seriam utilizadas pela burguesia para dissolver o amplo movimento grevista, que culminou com a greve geral de 48 horas.

## Pela Frente Unica Antiimperialista!

## Preparar a greve geral

# A necessidade do Partido Operário Revolucionário

A política do PT para as eleições presidenciais confirmou mais ainda a análise da T.POR de que este mergulhou no caminho sem volta do reformismo pequeno-burguês. Entregou-se totalmente à aliança com os partidos burgueses e pró-burgueses para ganhar votos e formar um governo de coalizão. O conteúdo burguês da estratégia do governo democrático e popular se revelou completamente, embora os esquerdistas (CS, OT, CO, DS, etc) tudo façam ou para esconder ou para ignorar o fato. Ficou esclarecido que se trata de um governo de conciliação de classe, perante o qual o proletariado teria de se subordinar. A frente ampla, incorporando PSDB, PDT e mais uma parte do PMDB, se estruturou como forma de concretização da estratégia colaboracionista do PT com os chamados progressistas, que não passam de representantes mais ou menos diretos dos capitalistas. Não é por outra razão que a direção majoritária do PT se prepara para negociar novas alianças a nível dos estados, a ponto de pela primeira vez se cogitar abertamente o apoio, em certos casos, a candidaturas do PDT, PSDB, etc, em detrimento de candidaturas próprias.

A derrota da Frente Brasil Popular para o direitista Collor retarda a experiência que os assalariados terão de passar com essa política. A camada mais evoluída do proletariado, que tem reativado os sindicatos, construído a CUT e protagonizado as greves, vem apoiando o PT acreditando nos seus propósitos anticapitalistas, que na verdade não passam de disfarce para encobrir a defesa da propriedade burguesa dos meios de produção. A essência do reformismo se assenta precisamente na defesa da introdução de reformas nas relações capitalistas e entre as classes para evitar que as contradições levem o proletariado a lutar pela tomada do poder e pela destruição da grande propriedade privada. A tática da aliança com frações da burguesia, no caso da Frente Popular, responde à necessidade do reformismo canalizar o processo da luta de classes para o da conciliação. Enquanto que para a política revolucionária a luta de classes é a via do proletariado se construir como força independente, para o reformismo se constitui num perigo para a democracia burguesa e para os grandes proprietários exploradores.

A experiência eleitoral demonstrou que o PT está a serviço de uma linha de composição com uma parcela dos exploradores. Isso é o que há de mais fundamental, porque desmascara a demagogia de seu socialismo e expõe toda a sua dependência de classe frente aos partidos burgueses. Durante algum tempo, se discutiu muito o caráter amplo e democrático do PT. A Articulação se empenhou a fundo na defesa de um partido de massa, oposto ao partido operário e de quadros. Incutia que o partido operário seria sectário, porque excluiria a participação massiva de amplos setores dos explorados e de pequenos pro-

prietários também vitimados pelo capitalismo. Os acontecimentos se encarregaram de comprovar que o PT amplo, democrático e não operário condiz com os objetivos democráticos-reformistas de seu programa e com sua tática de construir as frentes de colaboração (frente populismo). O seu objetivo não era e não é o de dirigir as massas exploradas contra o Estado burguês, mas sim o de arrastá-las para o campo eleitoral e transformá-las em massa de voto. Assim, o partido policlassista (composto por várias classes) e amplo não passa de uma variante de partidos burgueses, isto é, de pilares do Estado e das relações econômicas capitalistas.

Como podemos verificar nas eleições, esse partido está destinado a desempenhar um importante papel na vida do proletariado. Já está contribuindo para colocá-lo à reboque de uma direção pró-burguesa, por intermédio da Frente Popular, do governo de coalizão e das metas reformistas. Quanto mais se aprofunda a crise capitalista, se desagregam os partidos burgueses democratizantes (PMDB, PSDB, etc) e a luta entre as classes tende a assumir formas de confronto revolucionário, mais os reformistas, frentepopulistas e democratizantes assumem o papel de freio à evolução política do proletariado. Se os partidos burgueses tradicionais já não conseguem manter a submissão do proletariado e conter a marcha da independência de classe, os partidos frentepopulistas com base operária passam a ser um importante instrumento de aliança para esse fim.

Não é por acaso que os estalinistas (PCdoB, PCB), defensores históricos das frentes de conciliação com os burgueses progressistas, nacionalistas, etc tem se jogado por inteiro na defesa da coligação burguesa, cuja única condição é de que os partidos patronais concordem com os 13 pontos de recauchutagem do capitalismo semicolonial. Pois é esse fenômeno que está se passando, com o PT servindo de instrumento para o frentismo colaboracionista.

Torna-se dramática a ausência do partido operário evolucionário, embora um núcleo caminhe para a sua construção. A razão não está apenas nas condições da crise histórica do capitalismo, perante a qual o proletariado é a única classe capaz de dar uma saída socialista, mas também pela presença do reformismo, que bloqueia a evolução deste para posições de independência ideológica. A orientação pequeno-burguesa e burguesa infiltrada no movimento operário deforma, descaracteriza e corrompe politicamente uma extensa camada de vanguarda, que desperta para a luta. O partido eleitoralista cria a ilusão de que este é o caminho mais fácil e viável para as transformações econômico-sociais. As composições mais espúrias são explicadas como táticas necessárias para se acu-

mular forças para o futuro. Desta forma, afasta-a da construção do partido marxista e a torna cabos eleitorais, suportes da burocracia sindical e militantes do frentismo colaboracionista. Um dos aspectos fundamentais, portanto, da luta pelo partido revolucionário consiste no incansável trabalho de combate ao reformismo junto à vanguarda ludibriada.

Não há como derrotar o reformismo do PT e o frentismo populista estalinista, bem como fazer avançar a formação do partido operário revolucionário (POR), senão enfrentando a dificuldade de elaboração do programa para a revolução proletária, que combina integralmente sua forma nacional com seu conteúdo internacionalista. O programa determina, em última instância, a natureza do partido. Se a estratégia é da melhoria do capitalismo (reformismo), então esse partido será amplo, frouxo, fluído, e viverá de eleições e do respeito às regras burguesas como ocorre como o PT. Mas se, ao contrário, objetivar a revolução, a tomada do poder pela insurreição de massa, obrigatoriamente terá de ser um partido de vanguarda (de quadros), bolchevique, leninista, solidamente estruturado no interior da classe operária e das massas exploradas. Não se pode afirmar que uma corrente trabalha pela revolução social se não estiver munida da estratégia da derrubada do poder burguês, o estabelecimento da ditadura proletária e a expropriação da grande propriedade capitalista.

A defesa do método de luta insurrecional e da estratégia da ditadura proletária, como fundamentos programáticos, determina toda política e estrutura do partido. Ela guia a análise concreta da situação e a ação partidária. A luta para construir o programa e organizar o proletariado como direção da maioria oprimida visa sempre aproximá-lo cada vez mais do poder. Assim, o partido é o destacamento mais avançado da classe operária e dos oprimidos. Suas células devem estar organizadas nas entranhas dos explorados e desenvolver a luta programática a cada situação que se apresente (greve, manifestações, campanhas, etc), visando pacientemente elevar a consciência de classe do proletariado e preparar o terreno para enfrentar revolucionariamente a crise capitalista, que tende a reunir os elementos mais convulsivos da situação pré-revolucionária em que o país vive.

A experiência que os trabalhadores estão fazendo com o PT reformista não poderá se esgotar e se reverter positivamente para o seu amadurecimento se a militância consciente não alcançar organizar uma fração revolucionária por um partido de quadro marxista, que extraia de todo o rico processo de luta (nacional e internacional) e da realidade do país (as leis capitalistas e particularidades nacionais determinadas pelas relações internacionais) os elementos para a construção do programa destinado a pôr fim aos domínios da burguesia.



Os adversários do partido operário revolucionário afirmam que as condições históricas no Brasil não comportam um partido destinado a dirigir a revolta pela tomada do poder e instalação do Estado proletário. Tais argumentos só servem para confundir e afastar a vanguarda da construção do partido marxista.

O capitalismo no Brasil apodrece a olhos vistos e reflete de maneira violenta a crise estrutural capitalista mundial, esgotado pela contradição entre a necessidade das forças produtivas crescerem e o bloqueio provocado pelas relações burguesas de produção (a propriedade privada capitalista). A crise de superprodução, estreitamento dos mercados, predomínio do parasitismo financeiro, desequilíbrio entre as nações, aumento da opressão imperialista, recessão, destruição das forças produtivas, disseminação de conflitos bélicos, retrocesso nos países semicoloniais e crescimento do desemprego e fome são os traços do apodrecimento da sociedade burguesa. A verdade é que o capitalismo em todas as partes se contorce em crises sobre crises, que não são conjunturais, mas sim, de decadência histórica do modo de exploração do homem pelo homem.

O proletariado é a força social capaz de destruir o capitalismo e irá fazê-lo, mais cedo ou mais tarde. Entretanto, essa tarefa depende inevitavelmente do partido. E não pode ser qualquer um. Obrigatoriamente, tem de ser o partido que extraia suas forças da decadência do capitalismo, da monumental potência do proletariado e das massas e das conquistas do marxismo, a ciência da revolução social. Não é por outra razão que a Tendência POR nasceu combatendo os reformistas e os centristas que constituem o marxismo e negam a ditadura e revolução proletária e defendendo integralmente o Programa de Transição da IV Internacional de Trotsky, que contém em si os avanços obtidos pelo proletariado internacional (Manifesto Comunista, Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista de Lenin, etc). O proletariado no Brasil também já demonstrou ser uma força objetivamente revolucionária capaz de liderar a nação oprimida contra o imperialismo e os capitalistas nacionais. Além do mais, integra a classe operária internacional. Faz parte, portanto, da situação política e histórica do país a urgência de formação do partido operário revolucionário internacionalista (reconstrução da IV Internacional), única via para se derrotar a contrarrevolução.

**NÃO AO PARTIDO REFORMISTA E ELEITORALISTA!  
SIM AO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!  
POR UM PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!  
EM DEFESA DA ESTRATÉGIA DA DITADURA PROLETÁRIA (GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS)  
PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO QUE CONSTRUA A IV INTERNACIONAL  
MORTE À BURGUESIA INTERNACIONAL!  
VIVA O ESTADO PROLETÁRIO E A PROPRIEDADE COLETIVA SOCIALISTA!**

## A independência de classe: o conteúdo de uma política revolucionária

A Tendência pelo POR se bateu sempre em defesa da Independência de classe porque reconhece nela um princípio insubstituível da ação política do proletariado na luta pela sua emancipação e porque seu abandono abre as portas para a influência dos interesses das classes hostis, condenando inevitavelmente a classe operária à derrota.

No recente período eleitoral, a constituição da Frente Brasil Popular (PT, PCDoB, PSB, etc) montada para a disputa pela Presidência, colocou a questão da Independência de Classe de maneira concreta. E a colocou porque o eixo da FBP era o PT, partido até certo ponto identificado com a classe trabalhadora, que conta com uma militância importante em amplos setores operários, grande influência sobre um conjunto de lideranças sindicais combativas e a CUT. A partir desta identificação e influência têm se afirmado que o PT defende e expressa a Independência de classe. Será isto verdadeiro? Vejamos.

A Independência de classe é a substância do processo revolucionário. Ela significa que as massas exploradas se desgarram da dominação político-ideológica da burguesia e assumem em suas próprias mãos a missão histórica de liquidar a sociedade de classes. A consciência deste objetivo, no entanto, não é um produto espontâneo do movimento das massas, precisa da mediação do Partido Revolucionário, instrumento de emancipação dos trabalhadores, sem o qual a independência política do proletariado não pode ser completada.

Há que distinguir, portanto, a tendência objetiva das massas de evoluírem para posições de independência de classe da sua efetiva INDEPENDÊNCIA POLÍTICA.

A opressão capitalista provoca inevitavelmente a revolta e o choque dos trabalhadores contra o Estado burguês empurrando estes a uma oposição crescente ao regime. Todavia, esta oposição não pode ser caracterizada como expressão da INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DE CLASSE se não tiver como perspectiva levar o proletariado ao poder. Numa sociedade de classes, a luta política só pode ser resolvida pelas leis da luta de classes, ou ditadura burguesa ou ditadura proletária, por isso constitui uma falácia (na verdade uma falsificação) pretender afirmar a independência de classe sem defender a ditadura proletária.

A luta pela Ditadura do proletariado é uma premissa da Independência de classe. É um princípio que se traduz em ação revolucionária quando o proletariado consegue construir um programa de destruição do capitalismo. Nele se combinam a tendência objetiva das massas a se opor ao Estado burguês com a formulação científica dos rumos da luta pelo poder. Esta é a justificação histórica do Partido Revolucionário, único instrumento em cujo âmbito se resolve esta necessária combinação.

Agora, o PT, as "esquerdas" e o stalinismo, se colocaram em oposição à luta pela destruição do Estado Capitalista e montaram um instrumento para perpetrar esta oposição: a Frente Brasil Popular. Este engendro foi montado com a finalidade de recauchutar um Estado burguês completamente falido, e de fazê-lo em nome dos trabalhadores. Não só o stalinismo senão também toda a "esquerda" pseudo-trotskista e "independentes" embarcaram no eleitoralismo reformista da FBP em oposição à Independência de classe.

A burocracia sindical da CUT, por seu lado, foi a força principal para anular a tendência objetiva das massas que vinha se desenvolvendo na perspectiva do enfrentamento, da ação direta e da greve. Esta burocracia tudo fez para aparecer bem comportada durante as eleições e não assustar a burguesia e pequena-burguesia, cujos votos a FBP tanto caçou.

Do ponto de vista da luta pela independência de classe, a FBP foi a negação da tendência objetiva das massas, nessa direção, por isso não se apoiou nas suas formas de luta, e nos métodos operários. Pelo contrário, opôs a eles as ilusões democráticas e as supostas virtudes do pluralismo eleitoral, desarmando as massas para os combates que terão de travar com o futuro governo.

Constituiu uma falsificação completa a tentativa de apresentar o PT como independente politicamente perante a burguesia, assim como a das correntes de esquerda perante a FBP, sonhando ao mesmo tempo a questão da Ditadura do Proletariado. Esta continua sendo a pedra de toque para definir a independência de classe, porque define o caráter revolucionário da política aplicada.

Nas lutas cotidianas, uma política de independência de classe desenvolve a ação do proletariado, partindo de suas reivindicações imediatas e do seu atraso político, evoluindo, no terreno de classe, para a luta mais geral contra o capitalismo. Neste processo, a classe operária encabeça o movimento nacional dos explorados e o conduz para a revolução, que no caso do Brasil será nacional e social, bem como de conteúdo internacionalista.

A Independência de classe não é um princípio abstrato pairando no ar. A sua vigência prática supõe a tarefa concreta de estruturar uma fração pela construção do partido Revolucionário. No nosso país, esta fração terá de derrotar, necessariamente, o reformismo tanto do PT quanto do Stalinismo, e todas as suas variantes de esquerda democratizante para se constituir em fator da independência de classe. Terá que combater implacavelmente a Frente Popular que está se montando contra as massas e que já começa a se traduzir no conluio da burocracia CUTISTA com os Stalinistas e pelegos para o interior dos Sindicatos. Terá que se apoiar nas lutas imediatas, na ação direta e a partir delas colocar a Ditadura do Proletariado como a única saída perante a barbárie capitalista.

**ABAIXO A CONCILIAÇÃO FRENTE POPULISTA  
PELA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE.**

# Do que é capaz o regime capitalista

Este fantástico regime é capaz de deixar 30 milhões de trabalhadores sem a mínima condição de ter um teto para morar, 55% dos 150 milhões de brasileiros não possui sequer uma casa para morar.

Esta realidade se faz cruel e com um impacto ainda maior nos grandes centros urbanos chegando a atingir 70% da população constituída da massa trabalhadora sem casa para morar. Essa é uma contradição fundamental que demonstra o quanto este sistema capitalista é violento e que toda a falácia de democracia, paz e fraternidade não passam de chavões à beira da mesa com Whisky da melhor marca. Somente bêbados totalmente fora de si poderiam tirar esta conclusão da pacificidade deste regime. Só os assassinos que controlam a propriedade da terra e dos meios de produção e seus governantes podem igualar as estas infâmias pois estão com os bolsos cheios de dinheiro manchados de choro e sangue da classe trabalhadora.

Para os capitalistas e seus governantes o que vale é como adquirir mais terra, como montar as indústrias e o principal, como pagar o menor preço à mão de obra, e de como vender mais caro os seus produtos. É somente isto que existe e importa para os capitalistas: o lucro através da exploração sanguinária da força de trabalho.

Muitos são os dirigentes até sindicais que dizem que o problema é combater a migração do campo para os grandes centros Urbanos, ou ainda uma melhor distribuição de renda ou quem sabe uma reforma urbana, etc. Até a sua reforma agrária é só de papel. Mesmo assim, não apontam como é que se viabiliza.

Estes sintomas de ausência de habitação, de ruína da qualidade de vida dos trabalhadores é próprio do sistema capitalista.

A forma mais eficaz de acumulação de capital é justamente a exploração da mais valia da força de trabalho, e isto só é possível se grandes massas trabalhadoras concentram-se às voltas dos parques industriais. Sem essa grande massa de despossuídos é impossível para os capitalistas pagarem o mais baixo salário e tocar suas indústrias. Vale dizer ainda que também o latifúndio no campo, na sua maioria, pertencem aos mesmos capitalistas industriais da cidade que utilizam a mão de obra assalariada agrícola, apesar de ser em menor grau.

O Estado (o poder público) que nada tem de público é o organismo que protege com mão armada os proprietários capitalistas e seus interesses. Daí que, sem exterminarmos com este sistema e seu Estado não veremos os problemas essenciais que afligem a classe solu-

cionados, como é o caso da falta de habitação. Este Estado que, em nome de construir habitações para os trabalhadores, rouba-lhes o fundo de garantia para financiar os grandes construtores capitalistas. Esse Estado que em nome de construir casa para o trabalhador enche os bolsos dos capitalistas (empreiteiros) que ganham fortunas para construir casas de papelão ou de barro que na maioria das vezes, antes mesmo do trabalhador ocupá-la já caiu ou está por cair.

As favelas aumentam dia a dia. Primeiro devido a expulsão dos trabalhadores agrícolas, feita pelos capitalistas, segundo devido ao próprio crescimento populacional que é natural com os filhos dos operários, mesmo daqueles que conseguiram comprar um pedacinho de terra às custas de muita fome e sacrifício, pois hoje está totalmente impossível a façanha de um operário comprar um lote e construir sua casa.

Só resta as ocupações, as encostas, as beiradas dos córregos, os cortiços, enfim, a precariedade.

Como organizar uma luta consequente por habitações diante deste quadro?

Os sindicalistas operários estão praticamente alheios a esta luta. Só com a classe operária à cabeça deste movimento se poderá apresentar a única perspectiva correta.

A unificação do movimento operário-popular (sindicatos, movimento dos sem teto, etc.), da cidade e do campo na luta por salários, por terra e por teto para todos. Com a organização de grandes ocupações de terras dos capitalistas conjuntamente com as lutas operárias que vão desde o salário até a expropriação dos capitalistas. Sem esta perspectiva não há vitória concreta para o movimento. As ocupações hoje, são a única maneira dos trabalhadores continuarem vivos, pois, os alugueis consomem, muitas das vezes, 80% do salário, quando não 100%. Uma reivindicação que deve fazer parte das reivindicações gerais como forma de estruturar o movimento é a de que os alugueis nunca sejam superiores a 10% do salário mínimo.

**POR TERRA E TETO PARA TODOS.  
PELA FORMAÇÃO DOS CONSELHOS OPERÁRIOS E POPULARES;  
QUE OS SINDICATOS E A CUT ENCAPEM ESTA LUTA;  
PELA LUTA DIRETA DAS MASSAS;  
PELA OCUPAÇÃO DAS TERRAS NA CIDADE E NO CAMPO.  
PELA EXPROPRIAÇÃO DA BURGUESIA E DOS MEIOS DE PRODUÇÃO;**

## Junto com a fome e a miséria cresce o analfabetismo

É alarmante os dados sobre o analfabetismo. Revela a Unesco que no mundo tem 1 bilhão. Na África e América Latina estão 70% dessa população analfabeta. Só no Brasil, temos cerca de 30 milhões e o próprio IBGE diz que as perspectivas não são animadoras, pois 52% das crianças matriculadas na escola não chegam sequer a 2ª série, o que significa que, embora saibam escrever o nome, elas são incapazes de usar a leitura e escrita no seu cotidiano.

É de se perguntar: por que, apesar dos avanços tecnológicos, crescem os índices de analfabetismo?

A causa dessa situação está no regime capitalista e mais precisamente na sua fase de decomposição, isto é, de bloqueio das forças produtivas. A alfabetização em massa pressupõe o crescimento global das forças produtivas, o que se coloca em contradição com o estágio de crise em que encontra a economia mundial.

Os países assolados pela brutalização cultural são aqueles oprimidos pelas nações imperialistas e seus lacaios, as grandes burguesias nacionais. Portanto são obrigados a drenar toda sua riqueza para as metrópoles capitalistas, o que resulta no aumento crescente da pauperização da classe trabalhadora e consequentemente no seu embrutecimento cultural.

O fato do nordeste brasileiro ter 45% de sua população analfabeta mostra também o caráter desigual que assume a exploração capitalista. Ou seja, regiões mais avançadas economicamente e com menor índice de analfabetismo e outras em completo atraso. O exemplo do Nordeste e Sudeste é a prova de que, além de sugar os países semi-coloniais, o imperialismo destrói a unidade na nação oprimida, criando pólos diferenciados econômico e culturalmente. Isso não minimiza o fato de só em São Paulo (pólo mais avançado) termos 14 milhões de analfabetos.

Da mesma forma que assistimos ao aumento do analfabetismo, verificamos o crescimento assustador da fome no mundo. Hoje, con-

tamos com 26% da população mundial doente devido à desnutrição. Daqui a 10 anos, teremos 6 bilhões de habitantes, sendo que 90% estarão na África, América Latina e Ásia.

Essa situação de miséria, fome e analfabetismo não poderá ser erradicada a partir da simples vontade política de governantes e muito menos através de campanhas mundiais lançadas por órgãos defensores da política imperialista, como por exemplo, a ONU. É inútil ou mesmo hipócrita essa campanha pelo "Ano Internacional da alfabetização", lançada agora pela Unesco, pois sabemos que a superação do analfabetismo passa pela erradicação da fome. No momento em que vivenciamos o crescimento da pobreza, só podemos ter o aumento do embrutecimento das massas trabalhadoras.

Para por fim ao analfabetismo, é preciso acabar com o regime que o gera. A alfabetização em massa será parte integrante do desenvolvimento das forças produtivas, porém para que isso ocorra é necessário derrubar o regime de produção capitalista. Essa tarefa não está nas mãos dos governantes e nem de órgãos defensores da política de exploração. É parte essencial da revolução e ditadura proletária.

Somente uma outra sociedade, com novas relações de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas é que colocará à necessidade histórica da alfabetização massiva.

Entretanto, não se trata de ficar de braços cruzados. É hora de defender um programa de transformação, que nos permita cada vez mais destruir as bases de sustentação do regime capitalista. Por isso lutamos por:

**ENSINO PÚBLICO E GRATUITO; FIM DA REDE PRIVADA DE ENSINO; PELA AUTONOMIA INTEGRAL DA ESCOLA EM RELAÇÃO AO ESTADO; POR UM PISO SALARIAL REAL (DE ACORDO COM OS ÍNDICES DO DIEESE) PARA OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO;**

Boni expulso.

# A Articulação e as esquerdas se unem contra a conduta classista

No último dia 20, a executiva estadual de São Paulo do PT se reuniu para julgar o recurso sobre as expulsões dos militantes Antônio Justino, Romildo Raposo e Manoel Boni. A sanção foi deliberada pela Comissão de Ética Municipal de Diadema e confirmada pela Estadual. Os 2 vereadores e o vice-prefeito foram expulsos por terem apoiado em julho passado a invasão e ocupação do Buraco do Gazuza por centenas de famílias sem teto e contra a decisão do prefeito José Augusto de desalojá-los utilizando-se da repressão policial.

A decisão da executiva foi manter a expulsão de Boni e suspender por um ano Romildo e Tonhão, e suspender por 3 meses o prefeito patronal, por este não haver "negociado" antes de tomar as medidas repressivas. Prevaleceu assim as medidas burocrático-repressivas contra a militância classista. A expulsão de Boni é mais um passo do PT no sentido da burocratização e direitização do partido, na direção da própria integração ao aparato estatal burguês.

## As Manobras da Burocracia

Os fatos ocorridos no episódio do Gazuza já se tornaram de conhecimento de todos. Não é mais possível continuar apregoando que os militantes agrediram fisicamente o prefeito. Nem esconder o uso aberto da repressão policial, próprio da classe inimiga, contra os sem-teto, que são obrigados a ocupar terrenos, construir e viver em barracos pela própria situação de crise do capitalismo, que não consegue mais sequer sustentar a força de trabalho. O caminho escolhido, então, foi o de acusar os 3 militantes de quebrar a disciplina partidária.

Em sua defesa por escrito, Manoel Boni afirma que "Não há nada mais enganoso. O que quebramos foi a política de paralisia e do burocrático-eleitoralismo. A defesa do partido de classe ligado diretamente às lutas é o que de mais disciplinado e ético pode existir" (...) "O que foi quebrado foi a disciplina burocrática" (...) "Se o partido se coloca por administrar o Estado Burguês, seja a que nível for, inevitavelmente terá de se integrar ao aparato e construir uma rede burocrática. A burocracia partidária é avessa à militância viva, arrojada e defensora da organização do combate em qualquer lugar em que a luta de classes se expresse".

As alegações de Paulo Frateschi, da Executiva Estadual, de que era necessário primeiro esgotar as negociações antes de tomar qualquer medida revela bem a que leva a política "democrático-popular" da Articulação; segundo a mesma, o erro foi o de não negociar; em não se chegando a um entendimento satisfatório, então sim poderia ser utilizada a repressão policial. A diferença entre a Executiva e José Augusto é que este é mais direto e

prático na aplicação da política da articulação. Diante da ocupação, não havia outra saída para o PT: ou se colocava favorável à mesma, ou se colocava contra e, apoiada no aparato estatal, partiria para a repressão. Todas as colocações de que deveria haver mais negociação só servem para encobrir que a política reformista leva mais tempo ou menos tempo à confrontação com as aspirações das massas, e à utilização da repressão do Estado Burguês contra elas.

## A CS se submete

A CS se submeteu às mudanças táticas da Articulação e fez uma auto-crítica na apelação: reconheceu que devia ter feito pressão sobre a estadual para que esta interviesse, para que houvesse negociação. Pior do que isso, propôs uma sanção alternativa aos militantes que apoiaram a ocupação, que fossem 3 meses de suspensão.

Primeiro a CS se autocritica por ter se colocado ao lado da ocupação, supondo que deveria pressionar a estadual para que esta interviesse, ou seja, que deveria ter deixado a polícia a mando do prefeito petista reprimir os ocupantes enquanto "negociava" com as instâncias do PT. Não apenas se propõe a ser cúmplice da repressão, mas alimenta ilusões no reformismo eleitoreiro da articulação, que

só pode conduzir a esse tipo de atitude quando alçada ao aparelho estatal burguês.

Depois, ainda propõe sanção para aqueles que se colocaram ao lado dos trabalhadores em luta. Propõe punição para a militância classista. Pela negativa, propõe a capitulação da militância diante do Estado. E se junta à Articulação na tarefa de disciplinar a militância à política do reformismo eleitoreiro e no processo de expurgar as tendências.

Em oposição à capitulação da CS, Boni defendeu que os militantes que apoiaram o movimento não sofressem nenhuma expulsão, e que o prefeito José Augusto sim fosse expulso do partido por se utilizar de métodos repressivos próprios da burguesia contra os trabalhadores. E manteve as críticas à estratégia reformista do PT, levantando em oposição a da revolução e ditadura proletárias, e contrapondo a disciplina burocrática da Articulação a disciplina revolucionária, própria do partido proletário. A direção do PT e as correntes de esquerda confirmaram a expulsão de Boni apontando justamente para a incompatibilidade estratégica entre o reformismo petista e as posições revolucionárias de defesa da revolução proletária e da construção do partido revolucionário feitas por Boni. Mostraram assim, diante de um acontecimento concreto, a verdadeira face.

## A ofensiva contra as tendências

Começaram os expurgos no PT. Logo no início do ano, a prefeita Luíza Erundina demitiu um militante da tendência "O Trabalho" da Prodam. Por ter se solidarizado com o mesmo, foi exonerado da administração regional de Perus um militante da LPS (Luta pelo Socialismo), justamente um daqueles que mais se jogou a apoiar a campanha eleitoral da prefeita em 88.

Trata-se do começo de uma ofensiva mais generalizada e drástica contra as correntes de esquerda, no sentido da sua exclusão. A imprensa já vinha fazendo uma intensa campanha desde meados do ano passado para que o PT definisse seu caráter democratizante e reformista e expulsasse as tendências de esquerda. Agora faz o maior alarde com as exonerações e impulsiona a ofensiva de disciplinamento e expulsão das esquerdas, promovi-

da pela articulação.

Até o termo estalinista "expurgo" está sendo utilizado. Não é mais possível resistir a esse ataque simplesmente com a defesa da "democracia interna" ou dos "princípios da origem do PT" como fazem as tendências. Trata-se de travar uma luta política contra a Articulação, defendendo uma política revolucionária em oposição a integração ao aparato estatal burguês, a disciplina revolucionária em oposição à disciplina burocrática, a revolução proletária em oposição ao governo eleito pelo voto. Essa é a única alternativa.

— Abaixo as expulsões, os expurgos e as exonerações políticas.

— Em defesa da revolução proletária, do partido e da organização revolucionária contra o burocrático reformismo.

# O MOMSP na encruzilhada

A proposta de formação de uma chapa unitária metalúrgica, incluindo PC do B, PC, PDT, etc, para derrotar Medeiros, trouxe uma séria divergência no interior do MOMSP (Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo). A direção se colocou por uma unidade a qualquer custo, isto é, independente do programa e de qualquer crítica aos aliados de Joaquim e defensores da CGT. Anteriormente, o MOMSP se apoiava numa resolução que condenava o frentismo aparelhista; agora, com o simples argumento de que a situação mudou, faz uma virada a favor de uma chapa frentista sem princípios. Esse fato abriu um choque na base militante, que durante anos se defronta com a política arrivista e pró-burocrática dos estalinistas.

Em campanhas passadas, a oposição metalúrgica teve de se confrontar, até mesmo fisicamente, com os estalinistas e com os bate-paus da burocracia de Joaquim/Medeiros. A articulação de uma chapa com esses adversários (que agora posam de aliados graças à frente Brasil Popular), sob a base de manobras e acordos oportunistas, significa colocar uma pedra sobre profundas divergências que não foram e nem serão superadas e abrir caminho para a liquidação do MOMSP, que já padece de avançado estado de desligamento das fábricas. Esta situação motivou uma série de manifestações a favor da aprovação de um programa classista, que subordine os estalinistas, nacionalistas e social-democratas, já que se tornou inevitável a frente.

Embora a direção do MOMSP tenha procurado evitar a politização da questão, as pressões de um setor classista tem aumentado, representando a defesa de importantes conquistas obtidas na luta contra os agentes da patronal instalados no sindicato metalúrgico. Uma parcela do MOMSP compreende que um frentismo oportunista entregará a direção da oposição ao PC DO B e CIA, cuja política de colaboração de classe e de atrelamento dos trabalhadores aos partidos democratizantes burgueses (PMDB, PSDB, etc.) é muito bem conhecida daqueles que ainda preservam a memória classista.

O PC do B não mudou um milímetro sequer de apoio aos chamados setores burgueses e de sua tática de aliança com parte da burocracia pelega para subir no aparelho sindical, tão importante para praticar a orientação pró-burguesa. A luta por um programa no MOMSP, como condição para a frente, representa um esforço para evitar a dissolução dos militantes classistas numa aparente oposição. Dizemos aparente porque uma oposição influenciada pela política do estalinismo e cia não deixa de ser uma variante burocrática encastelada no movimento operário.

Os estalinistas, sociais-democratas e nacionalistas constituem numa divisão social das forças que atrelam os sindicatos ao Estado, ao governo e à burguesia. Caso o MOMSP se coloque a reboque dessas correntes, certamente dará um duro golpe na diferenciação política que vem se processando no movimento metalúrgico. Os militantes que exigem o programa de classe, o método correto de formação da frente, bem como os objetivos porque derrubar a burocracia Medeiros, estão justamente combatendo a adaptação do MOMSP aos adversários da independência de classe.

Não é por acaso que os ativistas mais conscientes (consciência de classe) afirmam que a conquista do sindicato não é um fim em si mesmo, mas um meio para se estruturar uma direção revolucionária, que como tal terá de se forjar junto com o programa de luta anticapitalista e anti-imperialista e com uma política de independência baseada no método da luta de classes. Sem esse objetivo estratégico, a frente estará condicionada pelo conteúdo burocratizante e conciliador dos ex-aliados de Quêrcia, Montoro, Tancredo Neves, etc e construtores do aparelho da CGT, sustentáculo do sindicalismo pró-imperialista.

Às vezes, sob determinadas circunstâncias, como a que agora se apresenta, é necessário uma frente com correntes adversárias, que têm influência militante no meio operário. Porém, nenhuma frente é neutra ou mantém um equilíbrio equitativo das forças presentes. Sempre uma determinada corrente arrastará as outras para sua orientação frentista. Os operários classistas do MOMSP estão vendo o risco de serem engolidos por uma unidade que não seja o resultado da vitória da linha proletária sobre o PCdoB, Articulação e outros. E não há como rebater essa tendência senão se organizando em torno de pontos programáticos claros. Essa é a encruzilhada do MOMSP: ou dirige a frente impondo um programa ou se curva aos inimigos da independência de classe.

## O Programa de Classe

A coluna vertebral do programa de classe se sintetiza nos seguintes pontos: 1) emancipar o sindicato da burocracia e desburocratizá-lo a favor da luta das massas; 2) Independizá-lo de todas as formas de política

burguesa ou pró-burguesa (conciliação de classe), dos partidos patronais, do governo e do Estado capitalista; 3) Recuperá-lo como instrumento de defesa dos assalariados e transformá-lo em ponto de apoio para a luta anti-capitalista e anti-imperialista, que visa levar o proletariado ao poder, apoiado na maioria explorada, e transformar a base econômica; 4) Quebrar o corporativismo e colocar o sindicato a serviço de todas as lutas dos trabalhadores e da unidade na ação; 5) Defender a centralização nacional das massas, sob a direção do proletariado, para concentrar forças contra a burguesia centralizada no Estado; 6) Tornar-se um sindicato de massa e de organização fabril; 7) Ter o método da ação direta (greve, piquete, manifestação, boicote) como essencial; 9) Rechaçar as manobras do pacto social, salvação nacional e colaboração com planos governamentais; 10) Defender a luta internacional das massas contra toda forma de opressão; 11) colocar-se pela politização e elevação da consciência de classe, isso é, consciência anticapitalista, dos assalariados, o que inclui a luta contra a ideologia burguesa e pequeno burguesa no movimento operário; 12) Manter a direção do sindicato sob o constante controle dos trabalhadores, que para isso deverão contar com a soberania das assembleias, da organização independente das comissões de fábrica e das reuniões abertas; 13) Preservar o caráter de frente única dos sindicatos; 14) Incorporar os operários e explorados no movimento político de emancipação econômica, social e política; 15) Colocar em prática cotidianamente (e não só em época de dissídio) a plataforma de luta, que resista à exploração e permita a ofensiva do trabalho contra o capital.

## Quebrar o sindicalismo de resultado

O sindicalismo de resultado, identificado com Magri/Medeiros e CGT, é o nome dado para disfarçar o sindicalismo de colaboração de classe. Ele torna o sindicato em ponto de sustentação da exploração capitalista. Essa corrente se destacou das demais burocracias (pelegos) por fazer a defesa aberta de posições pró-imperialistas. O capital estrangeiro é o seu guarda-costas.

Não é por outra razão que Magri/Medeiros se arrastam sob os pés de Collor e apoiam a desnacionalização da economia (desestatização). A CGT é a arma desses agentes patronais para combater a CUT, promover a divisão dos trabalhadores e articular os pactos sociais.

Um dos principais disfarces do sindicalismo de resultado é a defesa que faz do apartidarismo e apoliticismo dos sindicatos, pois na verdade estão ligados aos partidos burgueses, que se servem da burocracia para levar aos trabalhadores sua dominação. Isso quer dizer que não se pode combater e quebrar o sindicalismo de resultados sem denunciar seu vínculo com o PMDB, PSDB, PRN, PDT, etc. Um programa que omita essa ligação é inconseqüente no enfrentamento com essa camarilha.

## Rejeitar e Combater o Sindicalismo Reformista

Uma direção sindical que limita o sindicato a fazer pressões para conseguir algumas migalhas dos patrões é reformista, isto é, utiliza-se de pequenas concessões para breçar o amplo desenvolvimento da luta de massa. É comum essas direções evitarem a radicalização do combate e substituí-lo por negociações de cúpula. Assim, os assalariados não podem utilizar de todas suas forças, recursos e meios (piquetes, ocupações, boicotes) para impor derrotas aos exploradores e avançar na unidade proletária em direção ao choque contra o Estado e as bases capitalistas (a propriedade burguesa).

Os sindicatos dirigidos pelos reformistas se caracterizam por se subordinar, às vezes indiretamente, a uma fração do capital nacional, com interesses internos, e seguir a estratégia democratizante de governos nacionalistas, populistas e social-democratas. No fundo, essa expressão política da burocracia é também uma forma de sindicalismo de resultado, que muito bem poderá se chamar sindicalismo de negociação. A direção majoritária da CUT, por exemplo, se constitui na fração mais poderosa do sindicalismo reformista, tanto é que está atrelada à perspectiva do governo democrático e popular e do programa reformista da Frente Brasil Popular.

## Defender o Sindicalismo de Luta de Classes

O sindicalismo de luta de classes é inteiramente baseado na ação direta das massas, que se chocam com a exploração capitalista. O sindicato funciona como um órgão de organização do combate coletivo. Torna-se em meio para os assalariados responderem à opressão econômico, política e social. A força do sindicato reside nos próprios assalariados. Por essa razão, se acha contraposto às instituições capitalistas (Estado, partidos, polícia, etc).

A direção classista não impõe limites à mobilização e não subordina o sindicato às pressões políticas ou militares da burguesia. Ao contrário, trabalha para que a função do sindicato de defesa do trabalho e das rei-

vindicações elementares se transforme em revolta anticapitalista, em auxiliar da luta pela tomada do poder e modificação da estrutura econômica do país.

Sob as condições de crise permanente, os capitalistas não tem como assegurar as melhorias pleiteadas pelas massas. Pelo contrário, estão obrigados a se lançar cada vez mais violentamente contra a força de trabalho, que se choca com a reacionária propriedade privada dos meios de produção (fábricas, máquinas).

Isso explica porque não poderá haver conquistas duradoras sob o ca-

pitalismo em decomposição e porque os sindicatos devem apoiar o objetivo histórico do proletariado (encarnado no partido revolucionário) de liquidar com o poder burguês e implantar um governo seu, que no Brasil será de ser um governo operário e camponês, um governo que assumirá a forma de ditadura da maioria explorada contra a minoria exploradora e contra a reação imperialista (ditadura proletária). Sem essa perspectiva, o sindicato não poderá cumprir o objetivo mais simples de proteção aos trabalhadores.

## Por um programa classista para as eleições têxteis

Em meados deste ano haverá eleições para a renovação da diretoria do sindicato dos têxteis.

A categoria não é exceção no movimento operário. Existe uma forte tendência de luta, expressa em diversas greves por fábrica no último período, devido aos baixos salários e as más condições de trabalho. Só não houve uma mobilização generalizada e unitária até agora porque a atual diretoria do sindicato têm jogado um papel abertamente de freio às lutas.

A oposição cutista "Têxteis da CUT" foi a única força na categoria a denunciar a pelegada, a combater os oportunistas que tentam enganar a categoria e a se bater pela mobilização de conjunto dos têxteis. A oposição tem lutado pela independência de classe dos trabalhadores, pela construção de um programa classista e de uma direção de luta. As próximas eleições são uma boa oportunidade para a categoria varrer o imobilismo do sindicato e construir uma nova direção.

A burocracia pelega tem tentado uma série de manobras para evitar perder a boquinha no sindicato, buscando enganar os trabalhadores.

Um setor da atual diretoria em conversas fechadas se coloca como dissidente e diz que fará uma chapa de oposição ao outro setor que eles consideram como pelego.

Vejamos de perto quem são os dissidentes deste grupo liderado pelo Zé Roberto.

### A trajetória dos oportunistas

No final 86, poucos meses antes das eleições (87) surgiu na diretoria uma ala que se dizia "pró-cut". Nela estavam o Zé Roberto, o Newtom (presidente do sindicato na época), alguns estalinistas ligados ao Frei Chico e alguns filiados ao PT, que começaram a articular junto ao PCdoB uma chapa de oposição.

A oposição classista com seu boletim "Têxteis da Cut" desde o início denunciou esta manobra confusionista, apontando a prática anterior deste setor (que se dizia pró-cut) de quebra das lutas e de continuar numa linha de conciliação de classe para os têxteis.

O PCdoB, que nesta época atuava com o boletim "União Têxtil", colocava a necessidade de compor uma grande chapa que reunisse todos os setores de oposição, inclusive este setor da diretoria (pró-cut). Colocávamos que era importante haver uma chapa única de oposição mas que ela devia ter por base a independência de classe e que por isto era impossível a presença deste setor da diretoria que sempre traiu as lutas, numa chapa de oposição.

Ao final da polêmica o PCdoB partiu de corpo e alma para a composição com o setor "pró-cut" da diretoria.

E qual não foi a surpresa destes companheiros quando souberam que

o edital já tinha sido publicado e o prazo de inscrição já tinha encerrado. Só foi inscrita uma chapa com o setor mais pelego da diretoria, e nela estavam o Newtom (agora como secretário geral) e o Zé Roberto (!!!!) o golpe foi tão bem feito, que foram para o espaço quase todos que se colocavam enquanto pró-cut.

Agora novamente vem o sr. Zé Roberto escudado pelo João (atual pseudo-presidente) e pelo Newtom trazendo toda uma camarilha que vai desde velhos pelegos como o Queiroz até os estalinistas de plantão como o Zé Carlos, se dizendo de combate, mas ao mesmo tempo afundando a campanha salarial.

E por incrível que pareça a campanha salarial nos mostrou a volta do namoro do PCdoB com este setor da diretoria que eles chamam de "progressista".

### A trajetória da CUT

Por outro lado a direção da CUT bem como a maioria de suas correntes caminharam a partir das experiências com a frente popular para uma estratégia comum com forças não classistas até mesmo burguesas, freando o ascenso das lutas. Criando uma ilusão no eleitoralismo, que resultou no entorpecimento da militância pela perda das eleições presidenciais e deixando nesse início de ano o movimento operário no mais completo marasmo.

Isto passou a influenciar diretamente na prática sindical da central que resulta na forma com que é feita as chapas cutistas para as eleições de vários sindicatos (Costureiras de SP, eletricitários, Metalúrgicos de SP), onde se joga toda a luta programática de lado e o que estas correntes (PCdoB, PDT, PSDB, PCB) representam no movimento operário.

Contraopondo-se a tudo isto a oposição classista tem defendido e lutado pela organização da oposição na direção da construção de um programa classista. Os "Têxteis da Cut" foram a única força que durante todos esses anos conseguiu, apesar de todas as suas deficiências, denunciar a pelegada e combater as tendências oportunistas que enganam a categoria se dizendo combativos. A oposição para isso lutou pela independência de classe e pelo fortalecimento da classe através das lutas diretas.

Uma das tarefas agora colocadas é a formação de uma chapa anti pelega, antiburocrática e antipatronal; que se eleita se baseará no sindicato de luta e de classe, massivo, independente do estado e de toda a política burguesa, baseado na democrática operária, organizado pela base e que irá lutar por uma CUT classista.

- Por um programa classista
- Contra os pelegos e oportunistas
- Por uma CUT de luta

## Professores contra o arrocho e a destruição da escola pública Unidade com a classe operária

A situação salarial dos professores, no final de 1989, a nível nacional é deprimente. Alagoas é o carro chefe com NCz\$ 356,00, em seguida Rio Grande do Norte 767,00, Piauí 873,00, Ceará 901,12. Também não é muito diferente dos salários do sul e do sudeste. S. Paulo pagou 1524,00, Rio Grande do Sul 1716,00. Isso para uma jornada semanal de 20 horas-aula. Esses dados demonstram que uma boa parte dos Estados não pagava nem o salário mínimo de fome do governo de 788,00, quando o Dieese já apontava que o necessário para sobreviver eram 3.500,00.

Nesse mesmo ano, a inflação já passava os 1750% e os salários dos professores não foram corrigidos de acordo com a elevação do custo de vida, mas de acordo com os interesses dos governadores. Isso trouxe

uma carga ainda maior de arrocho.

Da mesma forma que os governos destroem a subsistência de toda uma camada, reduzem cada vez mais as verbas orçamentárias para a educação. Só em São Paulo há necessidade urgente de mais de 8000 salas de aula para atender o crescimento de 300 mil novas matrículas. Quêrcia, por exemplo, reduziu a verba destinada ao primeiro grau de 17% para 14,8%. Os resultados serão a carência crescente de escolas, a má qualidade de ensino, os salários baixíssimos e, agora, a deserção de uma parcela significativa de docentes, que não consegue mais sobreviver com o que ganha na rede oficial.

O professorado tem ido à greve constantemente para poder recuperar parte do seu poder de compra e já se tornou claro que essa é a única maneira. Porém, a defesa das condições de vida e também da escola pública passa pelo rompimento da política do corporativismo, que leva as mobilizações massivas ao isolamento e ao esgotamento natural. Essa tática, defendida pelas burocracias sindicais encasteladas no movimento dos professores, só tem contribuído para a despolitização e para o aumento da ofensiva dos Estados. Pelo contrário, é preciso politizar as greves, demonstrando que a situação de calamidade da escola pública é resultado da decomposição do regime capitalista. Na fase imperialista, os Estados dos países semicoloniais caminham a passos largos no sentido do estrangulamento da educação, reduzindo as verbas orçamentárias para atender as exigências dos países imperialistas, o pagamento da dívida externa e o cumprimento dos acordos com o grande capital nacional. Longe de recuperar essa situação calamitosa do ensino público, o Estado é o porta-voz dos interesses da classe capitalista. Sabemos que ao capitalismo putrefato interessa destruir a educação para poder limitar a pressão social.

Para inverter esse quadro é preciso se colocar em choque com essa política. Nesse sentido, toda mobilização dos trabalhadores em educação terá de se transformar em ação política contra o Estado burguês. Superar o estágio corporativista das mobilizações, que leva ao isolamento das greves. Isso significa que devemos preparar a greve nacional em defesa do piso salarial do Dieese, do ensino público e gratuito e fim da rede privada.

Constitui, também, um equívoco conceber a educação como um patrimônio exclusivo dos professores, alunos e suas entidades de classe. A luta pelo ensino público é parte essencial da mobilização mais geral de toda classe trabalhadora. Diante disso é fundamental que a CUT e os sindicatos operários abracem a reivindicação e a incorporem na sua ação contra o regime de exploração.

É tarefa primordial dos trabalhadores em educação chamar a unidade com o movimento operário e camponês, dado que a defesa das condições mais elementares de existência da escola pública, no momento de crise aguda do capitalismo, só será possível com a grande mobilização nacional das classes oprimidas contra esse regime que as oprime.

## Eleição dos condutores ABCDM

Nos dias 9, 10 e 11 de janeiro se realizou a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas empresas de transporte rodoviário de Sto. André, S. Bernardo do Campo, S. Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, R. Grande da Serra, Suzano, M. das Cruzes, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba. Sindicato de extrema importância para o movimento, tanto pelos trabalhadores da própria classe, como por aqueles que transporta na região de maior concentração operária do país.

A diretoria atual do Sindicato, liderada pelo Osvaldo Cruz, apesar de filiada à CUT, já demonstrou, em todos os anos à frente da entidade, seu comprometimento com os empresários e grandes grupos econômicos da área do transporte coletivo. Além disso, a corrupção política e financeira dos diretores, e os acordos às escondidas com o patronato são elementos de desmoralização crescente do Sindicato perante a classe. Os trabalhadores que se destacam nas lutas e criticam a diretoria logo são demitidos, com a complacência do Sindicato.

As condições de trabalho são as piores, desde os míseros salários, o risco de vida a que estão expostos de maneira permanente, com ônibus velhos, sem manutenção mecânica adequada, superlotação que provoca constantes brigas e até mortes de condutoras ou passageiros. Há empresas que nem banheiros tem e os trabalhadores quando ficam na reserva são proibidos de aguardar dentro da empresa. Não há assistência médica, as folgas são a critério dos patrões, poucas são as empresas que cumprem a legislação de férias. E a maioria dos condutores são obrigados a trabalhar até 16 ou 20 horas no volante.

Apesar da desmoralização da diretoria, não foi possível ainda estruturar uma sólida oposição a ela, isto porque os trabalhadores desiludidos e

que caminham para posições de confronto não estão totalmente livres dos vícios burocráticos e aparelhistas da diretoria. Esta insuficiência somente será superada se os companheiros da oposição forem capazes de se levantar um programa de luta e de classe, que não se limite à simples conquista do aparelho sindical mas tenha como norte o fim da exploração do trabalho assalariado.

A diretoria pelega consegue arrebatar adeptos apelando para o atraso dos trabalhadores, mediante churrascos, festas, bebidas, etc. A esta política a oposição não consegue derrotar porque carece de um programa de luta, e isto é muito mais grave se considerarmos a tremenda despoção de luta já demonstrada pela base em diversos enfrentamentos.

A vitória da chapa da situação foi o resultado da fragilidade política da oposição, que se constituiu sobre bases oportunistas e impediu que se manifestasse a disposição de luta dos trabalhadores.

Para levantar a oposição é preciso romper com o aparelhismo e o oportunismo político, basear-se nas lutas das massas pelas suas reivindicações elementares e evoluir com elas para formas mais gerais de enfrentamento com o estado patronal.

Para encostar o patronato na parede e varrer com a corrupta e podre burocracia é preciso, desde já, desenvolver as lutas por empresas, criando comitês que dirijam estas lutas, ocupando as CIPAS e utilizando-as para construir os verdadeiros organismos de resistência aos patrões, que são as comissões de fábrica. Basear-se na mobilização direta, nas assembleias e nas manifestações unitárias. Que a oposição se estruture a partir de um programa de ação tirada a partir das reuniões por empresas e nas assembleias da oposição.

## Securitários-SP: burocracia reacionária conseguiu enterrar a campanha salarial. Oposição classista continua a luta contra o arrocho

O índice oferecido pelos banqueiros de 1.914,05%, inflação acumulada no período de 89 + 8% (IBGE), escamoteia de cara a perda nos salários de 10,7% em relação à inflação real calculada pelo DIEESE.

As grandes empresas ligadas aos bancos ITAU, BRADESCO, SULAMÉRICA, UNIBANCO, que determinaram esse índice, e onde se concentra a maioria dos securitários, concederam antecipações no ano passado, que descontadas agora, faltará apenas a inflação de Dezembro + 8% (70%) para ser incorporado aos salários de Janeiro, que quando percebidos pela categoria, terá sido corroído pela inflação do mês.

A exploração violenta que a burguesia financeira tem submetido a classe nos últimos anos, expressada nas perdas acumuladas combinado com a crise profunda do capitalismo, tem conduzido a classe no sentido da sua independência, manifestada no ascenso grevista iniciado em 85.

No entanto diante da anestesia eleitoral do conjunto do movimento operário nos últimos meses, onde a burocracia reacionária apoiou-se também nesse elemento para enterrar a campanha salarial, foi impossível para a oposição classista conseguir quebrar esse bloqueio e desenvolver o movimento de luta nesse momento.

A intervenção da oposição classista, denúncias sistemáticas dessas manobras da burguesia e da burocracia reacionária e o chamamento à formação dos comandos de luta independentes, propiciou apenas o aprofundamento da revolta na classe e o surgimento de uma nova camada de ativistas, o aprofundamento do desgaste da diretoria, melhores

condições para o enfrentamento nos próximos meses, principalmente diante das novas medidas econômicas pró-imperialistas.

Cabe ressaltar aqui o papel da outra ala da oposição, dirigida por Causa Operária. A omissão desse agrupamento na Campanha Salarial, evidentemente não determinou mas colaborou para o fracasso da campanha, uma vez que ao priorizarem a onda eleitoral, também impedindo a categoria de prosseguir seu combate de forma independente, ao regime capitalista.

Desde o ano passado, vem buscando a "unidade" com setores do peleguismo, vice-presidente da última gestão, elementos de partidos burgueses (PSDB) e pró-burgueses (PCdoB), para formação de uma chapa de oposição para concorrer as próximas eleições sindicais, que pela falta de um programa classista, esse "frentão" concluiu sua política sua política oportunista na conciliação de classes, ou seja, mostraram-se como uma expressão da política reformista da Frente Popular. E isso ficou visível ao não impulsionarem a luta da categoria nessa campanha salarial e também de propor na assembleia de fechamento do acordo, "renegociação das propostas", mas sem a mobilização da classe.

A luta pelo aumento real de salários, escala móvel, redução da jornada p/6 hs, campanha de luta já iniciada pela oposição classista, é a forma correta de canalizar todo o descontentamento e impulsionar a classe para o confronto com a política capitalista, avançando a sua independência.

# De capitulação em capitulação

Os esquerdistas de todos os naipes, dos pró-burgueses aos pseudo-trotsquistas centristas, coincidem num ponto do balanço eleitoral: o PT saiu fortalecido. O Causa Operária, uma expressão do centrismo, traduz essa avaliação com um oportunismo descarado. Afirma: "O PT sai das eleições com enorme respaldo popular, um respaldo que é fundamentalmente eleitoral, mas que se transformará em mobilização de amplos setores diante do desenvolvimento da crise, coloca esse partido como uma referência básica para as massas." (CO-pág.3-nº 99).

O oportunismo consiste em atribuir ao respaldo eleitoral a virtude de se transformar "em mobilização de amplos setores". Pois é justamente o contrário que ocorrerá. O eleitoralismo do partido e as ilusões na democracia formal são um entrave para o proletariado e "amplos setores" desenvolveram a luta direta. O fortalecimento eleitoral do PT, que é inegável, o coloca mais ainda no campo do jogo democrático burquês. O respaldo popular ao reformismo, embora não fosse esse o objetivo da camada mais avançada do proletariado, reforça a linha da estratégia democratizante e de adaptação do PT ao Estado capitalista.

No interior da crise, o reformismo, o frentismo eleitoral e a estratégia de um governo de coalizão ganharam expressão social e política, por terem sido capazes de canalizar a fração mais combativa do proletariado e das massas para o âmbito das instituições burguesas. Se essa variante terá fôlego longo é outro problema, mas o certo é que o PT enquanto referência para as massas não é de instrumento de ação anticapitalista.

A explicação de Causa Operária tem sua razão de ser. Essa organização esquerdista se arrastou atrás do caudilhismo de Lula e capitulou diante das pressões democratizantes, que encontrou reflexo no meio das massas. Acabou por enveredar pelo caminho mais fácil de formular a possibilidade de um governo dos trabalhadores pela via eleitoral, pela formação dos comitês pró-Lula e pelo encantamento com os comícios demagógicos e festivos, que descaracterizam as manifestações coesas e de combate das massas exploradas. Uma vez que os pretensos trotsquistas mergulharam na miragem eleitoral, fazendo todo tipo de malabarismo para explicar sua política e diferenciá-la do frentepopulismo, no que evidentemente não obtiveram êxito, não poderiam deixar de fazer um balanço das eleições preenchido de toda espécie de vulgaridade, maquiada pela linguagem esquerdista.

Nesse intento, explica que a derrota do PT se deveu, principalmente, porque "a orientação política do partido durante a campanha eleitoral esteve divorciada das tendências gerais das massas, que eram as tendências predominantes nas eleições, a saber, a tendência a varrer com o regime político e seus representantes, como ficou demonstrado no naufrágio do PMDB e do PFL" (CO-nº-99). Em seguida a esta afirmação, o jornalista Rui Pimenta, desdiz tudo. Eis as duas proposições: 1) "É preciso dizer com clareza que uma política de classe não seria a garantia de uma vitória eleitoral"; 2) "O PT perdeu as eleições fundamentalmente porque é muito difícil para um partido que se apoia no movimento operário e se mantém em certa medida independente da burguesia ganhar eleições num regime burquês, vencendo toda a manipulação (...)" (CO-pág. 5-nº 99).

A banalidade das explicações é tal que os artificios se tornam sem sentido lógico. Primeiro afirma que o PT não ganhou porque sua política esteve divorciada da tendência das massas em varrer o regime político e porque o PT não polarizou no sentido das classes. Depois, diz que o PT não teve êxito porque é um partido que se apoia no mo-

vimento operário e guarda uma certa independência (que não sabemos qual é, porque o CO não explica) em relação à burguesia. E ainda por cima faz a ressalva "que uma política de classe não seria a garantia de uma vitória eleitoral". Como vemos, o raciocínio de Causa Operária não tem nem pé nem cabeça.

Afinal de contas o PT perdeu por quê? Porque o poder de corrupção política da burguesia em relação às massas atrasadas, em se tratando da luta eleitoral, é extraordinário. Embora o PT tenha gasto uma fábula em propaganda e contasse com uma militância abnegada, venceu o poder econômico da burguesia. Estima-se que Collor gastou 600 milhões de dólares, um verdadeiro rio de dinheiro. Em todas as partes a oligarquia fez uma verdadeira guerra ideológica, empanurrando um enorme contingente de explorados com propaganda, falsificações, promessas, etc. Collor conseguiu assim atingir as camadas mais pobres, provincianas e dominadas por todo tipo de prejuízos inculcados e sedimentados por longo processo de infiltração da ideologia dominante.

E não será através de eleições que esse contingente submisso romperá com essa pesada carga imposta pelos capitalistas. Ao contrário, os mecanismos democráticos têm certa vigência para a burguesia enquanto permite exercer seu domínio político, arrastando as massas para a sua órbita. Desta forma, o PT disputou no campo da burguesia e perdeu para o poder econômico. Mesmo assim, chegou perto da vitória, perdendo por uma margem não muito grande de votos. E isso porque também se adaptou ao jogo eleitoral, se utilizou de bons recursos financeiros e recebeu apoio de grupos de empresários. Esses são os fatos reais e não essa invencionice dos eleitores envergonhados.

Para que a capitulação não fosse pela metade, Rui Pimenta é taxativo e seguro na conclusão de que "a vitória eleitoral de Lula sobre Collor teria significado um enorme impulso na evolução política das massas". Isso porque, segundo o articulista, se veria que o processo eleitoral não seria um atalho para a solução dos problemas do movimento operário e do país. Ora, essa avaliação carece completamente de conteúdo classista, típico dos raciocínios não marxistas, especulativos e abstratos. Se o PT ganhasse, as massas teriam, objetivamente, auxiliado na estruturação de um governo democrático e popular, voltado a gerenciar o Estado burquês e a perpetuar as relações de propriedade.

A Frente Popular, uma alternativa para a crise aguda da burguesia, e o governo de coalizão agiriam contra os interesses parciais e gerais (históricos) do proletariado. Mas o Causa Operária não vê esse fenômeno essencial porque formulou a possibilidade da vitória de Lula dar lugar a um governo dos trabalhadores, que, por força da crise, poderia provocar uma ruptura no Estado e abrir caminho para a revolução. Esse devaneio pequeno burquês ocupou de tal maneira a política dessa organização, que no final do processo eleitoral, embalado pela expectativa de êxito de Lula, chamou o voto no PT por um governo dos trabalhadores, confirmando a negação integral da estratégia de ditadura e revolução proletária.

Com um sopro, o ufanismo eleitoral encobriu toda conversa de um governo operário e componês, produto da insurreição, que tanto o CO passou a enfatizar nos últimos jornais, os quais se tornaram a tribuna para o eleitoralismo. E, embora essa organização continue a jogar com a dubiedade da bandeira estratégica não tem mais como esconder sua flexibilidade oportunista. O seu balanço das eleições é a comprovação de que perdeu o norte estratégico de uma vez por todas, capitulou diante do governo democrático popular.

# A Argentina e o Mundo

(transcrito do jornal *Massas* argentino de dezembro/89)

O país está sendo arrastado a uma situação de catástrofe nacional. O governo Menem não fez senão levar adiante a mesma política que vêm aplicando nas últimas décadas os diversos governos burgueses, sejam militares ou civis, peronistas, radicais ou liberais.

Em apenas 5 meses o aprofundamento da miséria das massas e a condição semicolonial do país pode comparar-se ao que se operou durante 6 anos de governo radical. Os tempos políticos se aceleram: rapidamente um governo peronista deu as costas à nação e à grande maioria que lhe votou, para entregar-se à minoria liberal, que pelo repúdio das massas, sempre foi obrigada a se valer das ditaduras militares para impor seus planos pró-imperialistas.

Trata-se nem mais nem menos que a conseqüência de um vertiginoso e selvagem processo de concentração capitalista; às custas da expropriação de milhões de assalariados e pequenos e médios produtores, que vai parar nas mãos de um punhado de oligopólios dos bancos, da indústria, latifúndios e da exportação. Em última instância, trata-se da expressão "argentina" de uma crise mundial, a crise de agonia do capitalismo que tem se transformado no principal inimigo do progresso da humanidade.

Essa razão internacional da crise "argentina" é o que a burguesia e seus escribas tratam por todos os meios de ocultar. Mas já é impossível evitá-lo. Basta apenas abrir as pági-

nas dos diários, para compreender que o mundo está vivendo um processo de profundas convulsões sociais e políticas, que nossa geração dificilmente pode se recordar de ter visto.

A URSS, a China e toda Europa do Leste são sacudidas por violentos acontecimentos que enfrentam as massas com uma burocracia parasitária profundamente odiada por eles. A América Latina vive acontecimentos que estão voltados a transformar completamente a relação entre explorados e exploradores, entre nação oprimida e imperialismo opressor.

E o que dizer do mundo capitalista desenvolvido, ou seja, os países imperialistas, conseguiram escapar da crise? De maneira nenhuma. Atestam isso os milhões de desocupados na Europa Ocidental e dos próprios Estados Unidos, e uma política econômica que essencialmente se baseia em atacar a fundo as conquistas sociais dos trabalhadores. Mais cedo ou mais tarde, esses países se verão também envolvidos em uma guerra de classes similar, ou maior, do que aquela que se está vivendo nos países atrasados. Como dizia Lenin, "o imperialismo é época de guerras e revoluções".

Nesta situação particular, a crise estrutural de um sistema moribundo é a que determina o comportamento irracional, violento, reacionário, dos governos capitalistas e da burocracia enquistada nos Estados operários, para evitar que avancem as rodas da história.

O capitalismo há muito que demonstrou seu caráter reacio-

## A origem da crise atual

### A) Os bancos sobem o dólar

A política financeira, principal beneficiária da exploração hiperinflacionária e da orgia especulativa, que bateu todos os recordes de taxas de juros durante o ano, suplantando uma parte de seus super negócios com bônus que emitia o Estado, virou a mesa fazendo subir o dólar às nuvens, quando o governo, ainda com Rapanelli, havia resolvido prorrogar para mais tarde o pagamento dos títulos. A resposta do novo ministro não se fez esperar: os títulos podiam ser trocados por "Bonex" (títulos dolarizados) e seu pagamento será feito "à medida em que haja sobras de caixa".

O governo, há várias semanas, havia deliberado um imposto aos bancos sobre os super fabulosos lucros deste ano, que deviam pagar em austrais em 20/12. A subida em dobro do dólar em 3 semanas lhes permitiu "liquidar" esse imposto; isto quer dizer que há um mês esse imposto custava para o banco 20 milhões de dólares, e agora com 10 milhões ele pode saldá-lo.

Aqui está outra razão de subida espetacular do dólar.

### 2) Os agroexportadores sobem o dólar

Os principais exportadores retinham as divisas de suas exportações especulando que com uma grande subida da cotação do dólar paralelo o governo se obrigaria à desvalorização, como efetivamente ocorreu com as últimas medidas de Rapanelli. Este tratou de recortar um pouco os super benefícios do setor elevando as retenções.

As medidas do novo ministro foram terminantes: liberações do mercado cambial, elevando ainda mais a retribuição

em austrais cobrados por cada dólar exportador e redução das retenções. Como não estarão em festa os Alsogaray e a Sociedade Rural?

### 3) O plano está morto?

O ministro Gonzalez lhes deu tudo. Como assinalou El Cronista Comercial, se "privatiza o manejo da economia", para avançar mais rápido nos objetivos traçados por Bunge e Born: rápida privatização dos principais negócios nas mãos do Estado, reforma do Estado (demissões e fechamento de empresas) e superexploração das massas.

Bunge e Born segue como um dos principais beneficiários desta política, multiplicando seus negócios. Nos últimos meses passaram a suas mãos "La Serenissima" e "Celulosa" e numerosas empresas menores (como o frigorífico "Tres Cruces", por exemplo). Agora se prepara junto ao Citibank para assaltar as estradas de ferro, além de apropriar-se de mais latifúndios no Pampa Úmido e do sistema portuário. A crise aberta obrigou a ampliar o controle da economia a outros grupos.

A economia do país está nas mãos de uma dezena de bancos e exportadores que instauraram o reino da especulação.

Só é possível acabar com ela estatizando os bancos e o comércio exterior, expropriando também aos grupos exportadores e aos grandes latifundiários, sob controle operário. Medidas que afetariam a uma pequeníssima porção da população e que beneficiariam à enorme maioria. São apenas as primeiras tarefas que imporá o governo do povo explorado, a ditadura do proletariado.



nário, retrógrado, irracional. Cumpriu seu ciclo progressivo no século passado, mas no presente só tem demonstrado que sua sobrevivência significa uma tendência permanente que ameaça a humanidade com o retrocesso à barbárie. As duas guerras mundiais, o nazismo e o fascismo, e as inúmeras "pequenas guerras" que seguem custando centenas de milhares de vidas, deveriam ser elementos eloquentes da qual é a causa de nossas misérias e de que o progresso do gênero humano é impossível sob o capitalismo.

O marxismo ensina que a revolução social está colocada quando as relações de produção (regime de propriedade) entram em aberta contradição com as forças produtivas que já não podem mais crescer por sua causa. Esta é a situação que se está vivendo no mundo.

Entretanto, a história da humanidade também ensina que as classes dominantes em cada uma de suas etapas (escravismo, feudalismo) que resultaram em inúteis e reacionárias, como hoje a burguesia, não abandonaram a cena histórica por vontade própria. Foram necessárias tremendas, sangrentas lutas e revoluções sociais, para sua derrubada e destruir assim o principal obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas.

Esta é a lógica de ferro da qual nosso país não poderá escapar. O governo Menen começa a mostrar todos os sintomas de enfermidade. Entre o fogo cruzado de uma tenaz resistência das massas à fome e à entrega, e a política que está obrigado a seguir — pela classe social a que representa — ditada pela profunda crise capitalista mundial e o acentuado atraso da economia argentina, seu governo não pode escapar de evoluir

para um regime de repressão aberta contra as massas e suas organizações.

Sua ascensão antecipada ao governo já nos estava indicando que os partidos patronais o ungiram como o "bonaparte" que viria para resolver os conflitos entre as classes antagônicas (burguesia-proletariado) e entre as diversas frações capitalistas. O curso acelerado de seu descrédito diante das massas que o elegeram, e uma economia fora de controle, o vão obrigando inexoravelmente a buscar apoio das baionetas para governar. Esse foi o sentido do indulto aos genocidas. A burguesia e o imperialismo, hoje através do governo Menen, está se preparando para um enfrentamento decisivo cujo objetivo é varrer com a resistência popular.

Esta é a perspectiva que está colocada. A classe operária, suas organizações, os trabalhadores e especialmente sua vanguarda, devem tomar consciência desta inevitável evolução da crise argentina. Devem preparar-se por consequência em primeiro lugar delimitando um programa de independência política em relação às variantes burguesas que hoje fazem jogo de "oposição" e que não cumprem outra função a não ser distrair as forças e facilitar o caminho para a reação fascista. Este é o sentido da política "frente populista" que levanta a esquerda reformista, quando pretende levar os explorados a serem vagão traseiro das manobras alfonsinistas ou ubaldinistas. O POR combaterá esta política com todas as suas forças, e lhe oporá uma política unitária e de combate, para unir as grandes maiorias exploradas, rurais e urbanas, por detrás da estratégia revolucionária do proletariado.

## Panamá: a recolonização em marcha

Com o pretexto de defender cidadãos norte-americanos e combater o narcotráfico, o Imperialismo ianque acaba de perpetrar mais uma da larga série de agressões aos povos da A. Latina. A vítima desta vez foi o Panamá.

Vinte e cinco mil soldados, aviões, helicópteros, artilharia e blindados foram mobilizados para derrubar Noriega e esmagar a resistência do povo panamenho que resistiu a esta bárbara agressão. O saldo de milhares de mortos, feridos e desabrigados, composta majoritariamente pela população civil, atestam que a resistência não se limitou às forças parapoliciais de Noriega. Com o cinismo particular de representante do imperialismo, o presidente Bush declarou que a missão deles era a restauração da "democracia". Por democracia neste caso há que se entender a colocação no poder do fantoche Endara.

A invasão teve a complacência da burocracia soviética, hoje aliada ao Imperialismo no processo contrarrevolucionário de destruir as conquistas da revolução nos países socialistas. Teve também a cumplicidade das burguesias latinoamericanas que se limitaram a "lamentar a invasão" numa melancólica resolução da OEA, atitude que, na prática, significa reconhecer aos ianques o direito de invadir qualquer um dos seus países. O governo brasileiro não ficou atrás nesta corrida de obsequência e covardia. Sarney declarou que lamentava o uso da força e pediu o fim das hostilidades. Evidentemente que a invasão não se explica pelo combate ao tráfico. As ligações de Noriega com o tráfico eram conhecidas dos americanos desde a época em que este era agente da CIA. Na verdade, ela é resultado da profunda crise da economia norte-americana e do mercado capitalista mundial que potencia de maneira convulsiva a necessidade de recolonização dos países de economia atrasada como uma das vias para resolver a crise. Esta necessidade se choca com o levante antiimperialista dos povos da A. Latina e o coloca aos imperialistas o exercício de seu papel de gendarmes (protetores) da ordem capitalista.

A invasão do Panamá visa a permanência ianque na maior base militar norte-americana no hemisfério sul, situada numa das regiões estratégicas mais importantes do mundo e a poucos minutos dos territórios cubano e nicaraguense. Justamente, a ameaça a Cuba e Nicarágua constitui um dos importantes objetivos da invasão, fato reconhecido pela própria imprensa imperialista. "The Economist", por exemplo, afirma em recente artigo que; "Se o Panamá se tornar mesmo o modelo para futuras intervenções pela democracia que devem vir, Bush deve ensinar aos seus homens as virtudes do comportamento diplomático".

Da mesma forma que as outras burguesias latinoamericanas, a conduta da burguesia panamenha foi de uma covardia típica dessa classe social perante o Imperialismo. O Gal. Noriega se entregou mansamente ao Vaticano, depois de ter chamado o povo "a resistir até a morte". A outra parte saudou o exército invasor como seu libertador. As massas exploradas panamenhas, pelo contrário, mesmo sem uma direção antiimperialista consequente, resistiram o quanto puderam, demonstrando que elas sim sabem distinguir qual é o seu principal inimigo, o imperialismo ianque.

Mais uma vez, os sucessos panamenhos confirmam a impotência burguesa diante do amo imperialista, delas as massas trabalhadoras nada podem esperar. A única classe social que pode liderar um movimento nacional antiimperialista é a classe operária, o que coloca a necessidade urgente de construir verdadeiros partidos operários sobre a base da estratégia da ditadura do proletariado. A construção dos mesmos é parte integrante da construção do Partido Internacional da revolução, instrumento imprescindível para enterrar o Imperialismo.

**MORRA O IMPERIALISMO!**

**VIVA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA LATINA!**

# A Revolução Política no Leste Europeu depende da construção do partido revolucionário

Na passagem do ano, a imprensa noticiou com tremendo alarde a execução de N. Ceauscescu, entitulado nos noticiários de "último ditador comunista". A esquerda festiva não tardou em comemorar como uma grande vitória das massas mobilizadas que, em sua luta pela democracia, teriam derrubado os regimes estalinistas do leste europeu, e o estalinismo estaria acabando.

De fato, foi a Perestroika a causa principal das mudanças no Leste Europeu. A desestatização, a destruição da economia centralizada e da propriedade coletiva, são apresentadas pelo estalinismo como um caminho de progresso e até de consolidação do socialismo. Mas, um ex-assessor de Segurança norte americano, Z. Breszinski, clarificou o conteúdo da mesma ao exigir recentemente que a burocracia termine de vez com a demagogia extravagante, que até esqueça a palavra socialismo, e que diga claramente que o objetivo da Perestroika é o regresso ao capitalismo. E é justamente contra as conseqüências imediatas da Perestroika, os profundos ataques a suas condições de vida, que as massas dos estados operários burocratizados estão se levantando.

O próprio Breszinski, apoiador da Perestroika, ao comentar as reformas no bloco soviético, se pergunta "se as inevitáveis mudanças futuras serão pacíficas ou violentas". A resposta já tem sido dada: pelas metralhadoras do exército chinês na praça Tienanmen, a militarização de regiões inteiras na URSS, as recentes ameaças iugoslavas diante dos movimentos nacionalistas, etc. A verdade é que a regressão capitalista é impensável por meios pacíficos, deve realizar-se necessariamente através de métodos violentos, ainda mais considerando que as massas resistirão, como aliás já estão fazendo.

## A que leva a Perestroika

A burocracia considera que já não pode mais conservar o poder político arrebatado do proletariado. Objetiva com a Perestroika a colaboração aberta com os capitalistas com a "ilusão" de que uma espécie de "associação" lhes permitirá manter o controle do aparato estatal e com ele os privilégios de casta parasitária. Supõe que a colaboração do imperialismo lhe permitirá sair da atual crise e estagnação. Não se trata apenas de uma utopia reacionária. A verdade é que a re-

gressão capitalista implicará na destruição material da própria base de sustentação da burocracia, ou seja, na destruição do Estado Operário.

O próprio Gorbachov, em um artigo recente publicado no OESP dos dias 7 e 14 de janeiro de 1990 propõe que é necessário eliminar "quaisquer elementos de confrontação e contraposição absoluta e metafísica entre os sistemas sociais modernos". O socialismo e o capitalismo. E ainda: "a cooperação de povos e estados independentemente do tipo de organização social" (...) "Devemos repensar a tese de Lênin" (...) "Os agentes específicos inerentes aos dois sistemas começam a dar lugar a métodos universais". Está aí a defesa das medidas "capitalistas" da Perestroika. Ao invés de capitalistas, são chamadas de universais.

Breszinski caracteriza que "a maioria das idéias políticas atualmente em voga se aproximam mais à social-democracia e ao menchevismo". V. Chetalinu, no Pravda, defende que o PC volte a se chamar Partido Social Democrata Russo. E Gorbachov "procura tirar da experiência social-democrata (II internacional) tudo o que corresponde às condições da nossa sociedade." Ao elogiar o social chauvinismo pró-imperialista, e até propor a adoção de sua política, o estalinismo corre atrás do apoio de setores imperialistas europeus, que vêm com muito interesse o desenrolar da Perestroika.

A Perestroika põe fim aos tempos da chamada Guerra Fria, da precária coexistência pacífica. Procura abrir-se rumo a integração do bloco do Leste ao regime imperialista. Semelhante coisa só poderá se produzir nos termos que a economia mais forte lhe imponha: a do imperialismo, evidentemente.

Gorbachov defende a Perestroika afirmando que "o caráter da propriedade capitalista alterou-se e mudou sua estrutura". Baseado na "transnacionalização" da economia mundial capitalista como fato consumado, defende a desestatização e a penetração do capital europeu e americano. Mas não é possível esconder que a reintrodução da propriedade privada dos meios de produção levará mais cedo ou mais tarde à reintegração do poder político do Estado para a burguesia.

## 2 Caminhos

Só se apresentam duas alternativas: ou se varre com a burocracia ou a buro-

cracia arrasta a revolução para o mesmo buraco para onde está caindo. O que se impõe é impulsionar a luta proletária e de massa na perspectiva de recuperar ou criar os órgãos de poder dos explorados, reinstaurar a democracia operária e varrer a ditadura burocrática para implantar novamente a DITADURA DO PROLETARIADO. O método e os postulados do marxismo-leninismo têm sido provados novamente pela prática social, pela realidade, pela própria vida.

A substituição de governos não é uma vitória das massas ou o fim do estalinismo, na medida em que se preservam os poderes, os benefícios e a política contrarrevolucionária da burocracia. Trata-se de uma manobra do estalinismo no sentido de sua preservação, o que só pode se dar com mudanças formais significativas, que sirvam para enganar as massas que se levantam. Na Tchecoslováquia, por exemplo, o chefe de governo (da oposição) foi eleito pelo próprio parlamento de maioria estalinista.

Só a revolução POLÍTICA, que implica na expulsão da burocracia parasitária e na recuperação da totalidade do poder político pela classe operária e seus organismos de poder, pode evitar a catástrofe da regressão capitalista. A revolução política seria uma poderosa alavanca para o impulso da revolução socialista mundial. Essa sim é a resposta que corresponde à internacionalização da economia.

A exaltação dos governos que subiram ao poder no Leste Europeu, feita pelas esquerdas, terá o mesmo fim que a palavra de ordem dos mandelistas de "Glasnoste até o final": um penoso silêncio. Sim, pois esta, levada às últimas conseqüências, seria algo como "Perestroika até o final" ou ainda "Contrarrevolução até o final".

Ainda que a IV internacional só exista em seu programa, dado que foi destruída organizativamente pelo veneno revisionista, e, portanto, a luta do proletariado russo e dos estados operários não tenha hoje sua expressão política consciente (seu partido) não será mais dolorosa a ofensiva da burocracia e do imperialismo. Será sim mais difícil e custosa a vitória proletária. Assim, a luta pela revolução política nos Estados Operários burocratizados é parte indissolúvel da gigantesca tarefa de reconstruir o partido mundial da revolução socialista, a IV internacional.